



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SETÚBAL
Realizada em 18 de maio de 2022

N.º 11/2022

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vitor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Projeto da Ata n.º 02A/2021 - Reunião extraordinária de 18 de outubro de 2021**
- 2. Projeto da Ata n.º 09A/2021 - Reunião ordinária de 15 de dezembro de 2021**
- 3. Projeto da Ata n.º 10A/2021 - Reunião extraordinária de 21 de dezembro de 2021**
- 4. Deliberação n.º 1625/2022 – Proposta n.º 13/2022 – GAP – Designação de Encarregado de Proteção de Dados – Ratificação de Despacho – RETIRADA**
- 5. Deliberação n.º 1626/2022 – Proposta n.º 1202/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Contrato de Gestão de Eficiência Energética, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência no sistema de iluminação pública no município de Setúbal - Adicional**
- 6. Deliberação n.º 1627/2022 – Proposta n.º 1204/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público para a Prestação de Serviços de Seguros para os Ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico e responsabilidade civil, pelo período de 24 meses – Adjudicação - Concurso Público n.º 30/2021/DAF/DICOMP/SECOMP**
- 7. Deliberação n.º 1628/2022 – Proposta n.º 1205/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 65 – 5.º Esq., em Setúbal**

8. **Deliberação n.º 1629/2022 – Proposta n.º 1206/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Paulo Barros, n.º 5 – 3.º C, em Setúbal**
9. **Deliberação n.º 1630/2022 – Proposta n.º 1207/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Camarinha, n.º 36 – 3.º Dto., em Setúbal**
10. **Deliberação n.º 1631/2022 – Proposta n.º 1208/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Brejos Pequenos, n.º 11, em Azeitão**
11. **Deliberação n.º 1632/2022 – Proposta n.º 1209/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Vale Ana Gomes, Lote 163, em Setúbal**
12. **Deliberação n.º 1633/2022 – Proposta n.º 1210/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Tortinhas, Lote 65, em Azeitão**
13. **Deliberação n.º 1634/2022 – Proposta n.º 1211/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Aljubarrota, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal**
14. **Deliberação n.º 1635/2022 – Proposta n.º 1212/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Casal do Poço da Rasca – Vale da Rasca, em Setúbal**
15. **Deliberação n.º 1636/2022 – Proposta n.º 1213/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 91 – 4.º Esq., em Setúbal**
16. **Deliberação n.º 1637/2022 – Proposta n.º 1214/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 - C/VN4, em Setúbal**
17. **Deliberação n.º 1638/2022 – Proposta n.º 1215/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua dos Quatro Caminhos, n.º 10 – 1.º Dto., em Setúbal**
18. **Deliberação n.º 1639/2022 – Proposta n.º 1216/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 – 8.º Frt., em Setúbal**
19. **Deliberação n.º 1640/2022 – Proposta n.º 1217/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Brejos de Capitão, n.ºs 12 e 12 - A, em Azeitão**
20. **Deliberação n.º 1641/2022 – Proposta n.º 1218/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzea ou Vinha da Feira, em Azeitão**
21. **Deliberação n.º 1642/2022 – Proposta n.º 1219/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Transversal à Rua da Renovação, n.º 39, em Setúbal**
22. **Deliberação n.º 1643/2022 – Proposta n.º 1220/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 6 – 6.º, em Setúbal**
23. **Deliberação n.º 1644/2022 – Proposta n.º 1221/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.ºs 53, 55, 57, 59 e 61, em Setúbal**
24. **Deliberação n.º 1645/2022 – Proposta n.º 1222/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Furtado, n.º 5 - R/C Esq. Bloco C, em Azeitão**
25. **Deliberação n.º 1646/2022 – Proposta n.º 1223/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, n.º 4 – 3.º Dto., em Setúbal**

26. **Deliberação n.º 1647/2022 – Proposta n.º 1224/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ribeira do Marchante, Brejos de Azeitão, em Azeitão**
27. **Deliberação n.º 1648/2022 – Proposta n.º 1225/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ribeira do Marchante, Brejos de Azeitão, em Azeitão**
28. **Deliberação n.º 1649/2022 – Proposta n.º 1226/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão José Pacheco, n.ºs 5 e 5A - R/C Esq., em Setúbal**
29. **Deliberação n.º 1650/2022 – Proposta n.º 1227/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D, lote 22 - Choilo - Urbanização das Galeotas, em Azeitão**
30. **Deliberação n.º 1651/2022 – Proposta n.º 1228/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Xarafe, n.º 13, em Setúbal**
31. **Deliberação n.º 1652/2022 – Proposta n.º 1229/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 19 – 5.º Dto., em Setúbal**
32. **Deliberação n.º 1653/2022 – Proposta n.º 1230/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Choilo ou Vale de Cães, Lote 203, em Azeitão**
33. **Deliberação n.º 1654/2022 – Proposta n.º 1231/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 – 6.º D, em Setúbal**
34. **Deliberação n.º 1655/2022 – Proposta n.º 1232/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. João II, n.ºs 14, 14-A e 14-B - R/C esq., em Setúbal**
35. **Deliberação n.º 1656/2022 – Proposta n.º 1233/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa dos Maçaricos, n.º 1 - Moradia 1, em Setúbal**
36. **Deliberação n.º 1657/2022 – Proposta n.º 1234/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.º 14 – 2.º Dto., em Setúbal**
37. **Deliberação n.º 1658/2022 – Proposta n.º 1235/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos Pequenos, Lote 102, em Azeitão**
38. **Deliberação n.º 1659/2022 – Proposta n.º 1236/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 10 – 2.º D, em Setúbal**
39. **Deliberação n.º 1660/2022 – Proposta n.º 1237/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 79 – 6.º E, em Setúbal**
40. **Deliberação n.º 1661/2022 – Proposta n.º 1238/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal**
41. **Deliberação n.º 1662/2022 – Proposta n.º 1239/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frederico Franco Paiva, n.º 41, em Azeitão**
42. **Deliberação n.º 1663/2022 – Proposta n.º 1240/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 33 – 2.º Esq., em Setúbal**
43. **Deliberação n.º 1664/2022 – Proposta n.º 1241/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 84 - Bloco 3 – 5.º A, em Setúbal**

44. **Deliberação n.º 1665/2022 – Proposta n.º 1242/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Outeiro da Saúde, n.º 3 - R/C Esq., em Setúbal**
45. **Deliberação n.º 1666/2022 – Proposta n.º 1243/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 64 – 1.º Esq., em Setúbal**
46. **Deliberação n.º 1667/2022 – Proposta n.º 1244/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 4, 6 e 8 – 3.º Dto., em Azeitão**
47. **Deliberação n.º 1668/2022 – Proposta n.º 1245/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Outeiro da Saúde, n.º 3 - S/CV, em Setúbal**
48. **Deliberação n.º 1669/2022 – Proposta n.º 1246/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lourenço Ferreira, Lote 69, em Azeitão**
49. **Deliberação n.º 1670/2022 – Proposta n.º 1247/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.ºs 21 e 23, em Setúbal**
50. **Deliberação n.º 1671/2022 – Proposta n.º 1248/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Das Águias, n.º 1 – 1.º Frt., em Setúbal**
51. **Deliberação n.º 1672/2022 – Proposta n.º 1249/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 6 – 5.º Frt., em Setúbal**
52. **Deliberação n.º 1673/2022 – Proposta n.º 1250/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal**
53. **Deliberação n.º 1674/2022 – Proposta n.º 1251/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 2.º Dto., em Setúbal**
54. **Deliberação n.º 1675/2022 – Proposta n.º 1252/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pero da Covilhã, n.º 9 – 4.º Esq., em Setúbal**
55. **Deliberação n.º 1676/2022 – Proposta n.º 1253/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 5.º Esq., em Setúbal**
56. **Deliberação n.º 1677/2022 – Proposta n.º 1254/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Quinta da Amizade, n.º 35, tornejando para a Rua dos Marmeleiros, n.º 16 - R/C A, em Setúbal**
57. **Deliberação n.º 1678/2022 – Proposta n.º 1255/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Cinco de Outubro, n.º 27 – 1.º E, em Setúbal**
58. **Deliberação n.º 1679/2022 – Proposta n.º 1256/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Feia ou Quinta Gonçalo José, Estrada de Palmela, Lote 3 - Armazém n.º 5, em Setúbal**
59. **Deliberação n.º 1680/2022 – Proposta n.º 1257/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 50 – 2.º D, em Setúbal**
60. **Deliberação n.º 1681/2022 – Proposta n.º 1258/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Lozano, n.º 15 - R/C Dto., em Setúbal**

61. *Deliberação n.º 1682/2022 – Proposta n.º 1259/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Jorge Afonso, n.º 10 – 2.º Esq., em Setúbal*
62. *Deliberação n.º 1683/2022 – Proposta n.º 1260/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Paula Borba, n.ºs 39 a 47 - R/C Dto., em Setúbal*
63. *Deliberação n.º 1684/2022 – Proposta n.º 1261/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Rua Afonso de Albuquerque, lote 23 - R/C Esq., em Setúbal*
64. *Deliberação n.º 1685/2022 – Proposta n.º 1262/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Oleiros, Lote 2, em Azeitão*
65. *Deliberação n.º 1686/2022 – Proposta n.º 1263/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Linha - Curvas, Quinta do Meio, n.ºs 24 e 26, em Setúbal*
66. *Deliberação n.º 1687/2022 – Proposta n.º 1264/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Filipe, n.º 5 - R/C Dto., em Setúbal*
67. *Deliberação n.º 1688/2022 – Proposta n.º 1265/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Rua Afonso de Albuquerque, n.º 1 - R/C Esq. Loja A, em Setúbal*
68. *Deliberação n.º 1689/2022 – Proposta n.º 1266/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luísa Tody, lote 81 – 2.º Esq., em Azeitão*
69. *Deliberação n.º 1690/2022 – Proposta n.º 1267/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 6 - R/C Dto., em Setúbal*
70. *Deliberação n.º 1691/2022 – Proposta n.º 1268/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Escola de Brejo Clérigo, n.º 78, em Azeitão*
71. *Deliberação n.º 1692/2022 – Proposta n.º 1269/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Carcavelos Nabais, Lote 60 - R/C Esq. Dto., em Azeitão*
72. *Deliberação n.º 1693/2022 – Proposta n.º 1270/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 106 – 4.º C, em Setúbal*
73. *Deliberação n.º 1694/2022 – Proposta n.º 1271/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 27 – 2.º Dto., em Setúbal*
74. *Deliberação n.º 1695/2022 – Proposta n.º 1272/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Laranjeiras, n.º 6 - Brejos de Azeitão, em Azeitão*
75. *Deliberação n.º 1696/2022 – Proposta n.º 1273/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 – 6.º A, em Setúbal*
76. *Deliberação n.º 1697/2022 – Proposta n.º 1274/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Loteamento Nova Imagem, Bela Vista, Cevedeira, Avenida Joaquim Campos - R/C Dto., em Setúbal*
77. *Deliberação n.º 1698/2022 – Proposta n.º 1275/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 148 – 3.º G, em Setúbal*

78. **Deliberação n.º 1699/2022 – Proposta n.º 1276/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida dos Melros, Lote 1, em Azeitão**
79. **Deliberação n.º 1700/2022 – Proposta n.º 1277/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 19 – 2.º Dto., em Setúbal**
80. **Deliberação n.º 1701/2022 – Proposta n.º 1278/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal**
81. **Deliberação n.º 1702/2022 – Proposta n.º 1279/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Damão, n.º 4 – 7.º D, em Setúbal**
82. **Deliberação n.º 1703/2022 – Proposta n.º 1280/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 18 – 6.º Esq. (norte), em Setúbal**
83. **Deliberação n.º 1704/2022 – Proposta n.º 1281/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vendas de Azeitão Nova Urbanização, n.º 1 - Andar C, em Azeitão**
84. **Deliberação n.º 1705/2022 – Proposta n.º 1282/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 11 – 1.º Dto., em Setúbal**
85. **Deliberação n.º 1706/2022 – Proposta n.º 1283/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 - Gar. 8, em Setúbal**
86. **Deliberação n.º 1707/2022 – Proposta n.º 1284/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, lote 121 - R/C Dto., em Setúbal**
87. **Deliberação n.º 1708/2022 – Proposta n.º 1285/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Lisboa, lote 109 – 2.º Dto., em Azeitão**
88. **Deliberação n.º 1709/2022 – Proposta n.º 1286/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Olga de Morais Sarmiento, n.º 25 – 2.º Dto., em Setúbal**
89. **Deliberação n.º 1710/2022 – Proposta n.º 1287/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professor Carlos Baeta Neves, n.º 1 – 5.º B, em Setúbal**
90. **Deliberação n.º 1711/2022 – Proposta n.º 1288/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Alvares, n.º 11 – 7.º Frt., em Setúbal**
91. **Deliberação n.º 1712/2022 – Proposta n.º 1289/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Armando Setúbal Lopes, n.º 6 – 1.º Frt., em Setúbal**
92. **Deliberação n.º 1713/2022 – Proposta n.º 1290/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 105 – 6.º Esq., em Setúbal**
93. **Deliberação n.º 1714/2022 – Proposta n.º 1291/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 19 - M- 19, em Setúbal**
94. **Deliberação n.º 1715/2022 – Proposta n.º 1292/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Ilha da Madeira, n.º 3 – 1.º Dto., em Setúbal**
95. **Deliberação n.º 1716/2022 – Proposta n.º 1293/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República Guiné Bissau, n.º 7 – 1.º Esq., em Setúbal**



96. **Deliberação n.º 1717/2022 – Proposta n.º 1294/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praias do Sado, Moradia, n.º 34, Bloco 6, Tipo 3-B, em Setúbal**
97. **Deliberação n.º 1718/2022 – Proposta n.º 1295/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João dos Santos, n.º 4 – 2.º Esq., em Setúbal**
98. **Deliberação n.º 1719/2022 – Proposta n.º 1296/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Escadinhas das Machadas, n.º 4, em Setúbal**
99. **Deliberação n.º 1720/2022 – Proposta n.º 1297/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, lote 5 – 2.º C, em Setúbal**
100. **Deliberação n.º 1721/2022 – Proposta n.º 1298/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal**
101. **Deliberação n.º 1722/2022 – Proposta n.º 1299/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal**
102. **Deliberação n.º 1723/2022 – Proposta n.º 1300/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal**
103. **Deliberação n.º 1724/2022 – Proposta n.º 1301/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3 – 5.º Esq., em Setúbal**
104. **Deliberação n.º 1725/2022 – Proposta n.º 1302/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 9 de Abril, n.º 24, em Azeitão**
105. **Deliberação n.º 1726/2022 – Proposta n.º 1303/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Albino, n.º 9 – 2.º J, em Setúbal**
106. **Deliberação n.º 1727/2022 – Proposta n.º 1304/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Serra do Marão, n.º 2 A/E, em Azeitão**
107. **Deliberação n.º 1728/2022 – Proposta n.º 1305/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mário Sacramento, n.º 4 – 3.º Dto., em Setúbal**
108. **Deliberação n.º 1729/2022 – Proposta n.º 1306/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua nossa Senhora da Arrábida, n.º 39 - R/C, em Setúbal**
109. **Deliberação n.º 1730/2022 – Proposta n.º 1307/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso e Avenida D. Pedro V, Lote 34-A – 2.º Esq., em Setúbal**
110. **Deliberação n.º 1731/2022 – Proposta n.º 1308/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Palmeira Pinhal, R/C Esq., em Azeitão**
111. **Deliberação n.º 1732/2022 – Proposta n.º 1309/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todi, n.º 291 - R/C Frt., em Setúbal**
112. **Deliberação n.º 1733/2022 – Proposta n.º 1310/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Aleixo, n.º 7 – 3.º Esq., em Setúbal**
113. **Deliberação n.º 1734/2022 – Proposta n.º 1311/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Ribeiro da Silva, n.º 14, em Setúbal**

114. **Deliberação n.º 1735/2022 – Proposta n.º 1312/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 34 - CVG7, em Setúbal**
115. **Deliberação n.º 1736/2022 – Proposta n.º 1313/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 34 – 4.º C, em Setúbal**
116. **Deliberação n.º 1737/2022 – Proposta n.º 1314/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gama Braga, n.ºs 17 e 19, em Setúbal**
117. **Deliberação n.º 1738/2022 – Proposta n.º 1315/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Miguel Homem de Sampaio e Melo, n.º 14 – 1.º Dto., em Setúbal**
118. **Deliberação n.º 1739/2022 – Proposta n.º 1316/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Carcavelos e Nabais, Lagos - Lote 27, em Azeitão**
119. **Deliberação n.º 1740/2022 – Proposta n.º 1317/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baluarte do Socorro, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal**
120. **Deliberação n.º 1741/2022 – Proposta n.º 1318/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 - R/C A, em Setúbal**
121. **Deliberação n.º 1742/2022 – Proposta n.º 1319/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Joaquim Cabecinha, n.º 17 – CV B, em Setúbal**
122. **Deliberação n.º 1743/2022 – Proposta n.º 1320/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 77 - R/C Esq., em Setúbal**
123. **Deliberação n.º 1744/2022 – Proposta n.º 1321/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 1 – 4.º Frt., em Setúbal**
124. **Deliberação n.º 1745/2022 – Proposta n.º 1322/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Luis Pereira de Almeida, n.ºs 7 e 7A e Parque Dr. Manuel Constantino de Goes, n.º 2 - R/C Dto., em Setúbal**
125. **Deliberação n.º 1746/2022 – Proposta n.º 1323/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Doutor José Romão dos Santos Ferro, Lote 29 - Piso 6 C, em Setúbal**
126. **Deliberação n.º 1747/2022 – Proposta n.º 1324/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 32, 34, 36 e 38 – 10º D, em Setúbal**
127. **Deliberação n.º 1748/2022 – Proposta n.º 1325/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à renovação de licenciamento Microsoft Agreement, ao abrigo do acordo quadro celebrado com a ESPAP – PAQ n.º 327/2019/DINFOR - Consulta Prévia n.º 31/2019/SECOMP**
128. **Deliberação n.º 1749/2022 – Proposta n.º 1326/2022 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
129. **Deliberação n.º 1750/2022 – Proposta n.º 1327/2022 – DAF – Declaração CIMI**
130. **Deliberação n.º 1751/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2022, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do**

- Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro*
131. *Deliberação n.º 1752/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – abril de 2022*
 132. *Deliberação n.º 1753/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DOM – Empreitada CPREV 36/2020 – “Unidade de Saúde Familiar de Azeitão” - Alteração ao Projecto – Proposta Técnica de Alteração das Fundações do Edifício*
 133. *Deliberação n.º 1754/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DOM – Empreitada CPREV 15/19 – “Requalificação Acessível – Praia de Albarquel e Miradouro de Albarquel” - Libertação da garantia*
 134. *Deliberação n.º 1755/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DOM – Empreitada CPREV 16/19 – “Requalificação Acessível – Praia da Figueirinha” - Libertação da garantia*
 135. *Deliberação n.º 1756/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DOM – Empreitada CPREV 04/2022/DOM - “Obras de Recuperação Geral de Fogos” Aprovação do Relatório Final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato*
 136. *Deliberação n.º 1757/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DOM – Empreitada CPREV 03/2022/DOM - “Piscinas Municipais de Azeitão – Reabilitação do sistema de tratamento de ar e redes hidráulicas da piscina principal” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato*
 137. *Deliberação n.º 1758/2022 – Proposta n.º 40/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Grupo Desportivo ‘O Independente’ pela participação no XV Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal*
 138. *Deliberação n.º 1759/2022 – Proposta n.º 41/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 44.º Festival de Folclore de Praias do Sado - Setúbal*
 139. *Deliberação n.º 1760/2022 – Proposta n.º 42/2022 – DCDJ/DICUL – Bolsas de Criação Artística – Normas de participação*
 140. *Deliberação n.º 1761/2022 – Proposta n.º 43/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro a Associação de Saúde Mental Dr. Fernando Ilharco – Projeto PensarTeatro*
 141. *Deliberação n.º 1762/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração - Festival Internacional de Teatro de Setúbal - Festa do Teatro*
 142. *Deliberação n.º 1763/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1º trimestre de 2022*
 143. *Deliberação n.º 1764/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Pintura de “courts”*
 144. *Deliberação n.º 1765/2022 – Proposta n.º 47/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação para realização em Setúbal de duas competições internacionais de Águas Abertas: FINA Marathon Swim World Series, 28 e 29 de maio de 2022 e LEN - European Junior Open Water Championship, 3, 4 e 5 de junho de 2022*
 145. *Deliberação n.º 1766/2022 – Proposta n.º 301/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de constituição de propriedade ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei 70/2015 de 16 de julho – Proc. n.º 289/22*
 146. *Deliberação n.º 1767/2022 – Proposta n.º 302/2022 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas pela revalidação de pedido de informação prévia para construção de um edifício destinado a apoio social – Proc. n.º 38/20*
 147. *Deliberação n.º 1768/2022 – Proposta n.º 303/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Proc. n.º 454/21*

148. **Deliberação n.º 1769/2022 – Proposta n.º 304/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 461/21**
149. **Deliberação n.º 1770/2022 – Proposta n.º 305/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 57/22**
150. **Deliberação n.º 1771/2022 – Proposta n.º 306/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 56/22**
151. **Deliberação n.º 1772/2022 – Proposta n.º 307/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muros de vedação confinante com arruamento público – Proc. n.º 547/21**
152. **Deliberação n.º 1773/2022 – Proposta n.º 308/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação – Proc. n.º 438/21**
153. **Deliberação n.º 1774/2022 – Proposta n.º 309/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muros de vedação – Proc. n.º 524/21**
154. **Deliberação n.º 1775/2022 – Proposta n.º 310/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem piscina e muro de vedação – Proc. n.º 258/21**
155. **Deliberação n.º 1776/2022 – Proposta n.º 311/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia – Proc. n.º 88/21**
156. **Deliberação n.º 1777/2022 – Proposta n.º 312/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de alteração em área de servidão administrativa – Proc. n.º 346/20**
157. **Deliberação n.º 1778/2022 – Proposta n.º 313/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de ampliação de garagem – Proc. n.º 184/04**
158. **Deliberação n.º 1779/2022 – Proposta n.º 314/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de arrecadação e construção de moradia unifamiliar, alpendres, garagem, mezanine e muro de vedação – Proc. n.º 327/21**
159. **Deliberação n.º 1780/2022 – Proposta n.º 315/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de edificação e obras em área não abrangida por operação de loteamento urbano – Proc. n.º 374/21**
160. **Deliberação n.º 1781/2022 – Proposta n.º 316/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de edificação, moradia unifamiliar, em área não abrangida por operação de loteamento – Proc. n.º 272/20**
161. **Deliberação n.º 1782/2022 – Proposta n.º 317/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de construções de conjunto industrial – Proc. n.º 41/22**
162. **Deliberação n.º 1783/2022 – Proposta n.º 318/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de construção de armazém – Proc. n.º 42/22**
163. **Deliberação n.º 1784/2022 – Proposta n.º 319/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para ampliação de edifício industrial / armazém, com vista a alteração do seu uso para comércio e serviços, bem como muro de vedação – Proc. n.º 184/21**
164. **Deliberação n.º 1785/2022 – Proposta n.º 320/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença, com dispensa de emissão de alvará de construção, por se tratar de uma legalização – Proc. n.º 418/18**
165. **Deliberação n.º 1786/2022 – Proposta n.º 321/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção – Proc. n.º 347/21**

166. **Deliberação n.º 1787/2022 – Proposta n.º 322/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, abrigo automóvel e piscina – Proc. n.º 144/21**
167. **Deliberação n.º 1788/2022 – Proposta n.º 323/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de 4 moradias, 4 garagens, 4 piscinas e muros de vedação – Proc. n.º 36/22**
168. **Deliberação n.º 1789/2022 – Proposta n.º 324/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edifício multifamiliar, garagens, piscinas e muros de vedação – Proc. n.º 366/21**
169. **Deliberação n.º 1790/2022 – Proposta n.º 325/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para construção de moradia unifamiliar – Proc. n.º 348/21**
170. **Deliberação n.º 1791/2022 – Proposta n.º 326/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar de um piso, com garagem, piscina e muro de vedação confinante com a via pública – Proc. n.º 204/21**
171. **Deliberação n.º 1792/2022 – Proposta n.º 327/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção para alteração e ampliação de moradia unifamiliar – Proc. n.º 310/21**
172. **Deliberação n.º 1793/2022 – Proposta n.º 328/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de 3 construções existentes; construção de uma edificação nova; construção de 4 piscinas e demolição de duas construções existentes – Proc. n.º 198/21**
173. **Deliberação n.º 1794/2022 – Proposta n.º 329/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de construção de piscina, legalização de alpendre e demolição de um segundo alpendre – Proc. n.º 552/21**
174. **Deliberação n.º 1795/2022 – Proposta n.º 330/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para posto de transformação de apoio à central fotovoltaica – Proc. n.º 322/21**
175. **Deliberação n.º 1796/2022 – Proposta n.º 331/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição de edifícios – Proc. n.º 465/18**
176. **Deliberação n.º 1797/2022 – Proposta n.º 332/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 133/20**
177. **Deliberação n.º 1798/2022 – Proposta n.º 333/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 113/17**
178. **Deliberação n.º 1799/2022 – Proposta n.º 334/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 284/05**
179. **Deliberação n.º 1800/2022 – Proposta n.º 335/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 233/21**
180. **Deliberação n.º 1801/2022 – Proposta n.º 336/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 327/20**
181. **Deliberação n.º 1802/2022 – Proposta n.º 337/2022 – DURB/DIGU – Legalização de moradia com dois fogos, apoio agrícola, arrumos, tanque de rega, poço e muro de vedação – Proc. n.º 62/20**
182. **Deliberação n.º 1803/2022 – Proposta n.º 338/2022 – DURB/DIGU – Legalização de ampliação de moradia unifamiliar com um piso e muro de vedação – Proc. n.º 275/21**
183. **Deliberação n.º 1804/2022 – Proposta n.º 339/2022 – DURB/DIGU – Licenciamento de muro de vedação – Proc. n.º 138/22**

184. *Deliberação n.º 1805/2022 – Proposta n.º 340/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local “Casa do Cais” – Proc. n.º 103/21*
185. *Deliberação n.º 1806/2022 – Proposta n.º 341/2022 – DURB/DIGU – Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 19/89 – Proc. n.º 343/80*
186. *Deliberação n.º 1807/2022 – Proposta n.º 342/2022 – DURB/DIGU – Indeferimento de licenciamento de obras para construção de uma moradia, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 477/21*
187. *Deliberação n.º 1808/2022 – Proposta n.º 343/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Reabilitação, alteração, ampliação e mudança de uso – Proc. n.º 17/20*
188. *Deliberação n.º 1809/2022 – Proposta n.º 344/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação, concessão da licença e alteração de uso – Proc. n.º 64/22*
189. *Deliberação n.º 1810/2022 – Proposta n.º 345/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de alterações estruturais e obras de alteração de edifício – Proc. n.º 100/18*
190. *Deliberação n.º 1811/2022 – Proposta n.º 346/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, alteração de edifício habitacional – Proc. n.º 18/21*
191. *Deliberação n.º 1812/2022 – Proposta n.º 347/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, ampliação e alteração de edifício habitacional – Proc. n.º 463/19*
192. *Deliberação n.º 1813/2022 – Proposta n.º 348/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de alterações no decorrer da obra, sujeitas a controlo prévio e aceitação de telas finais – Proc. n.º 11/18*
193. *Deliberação n.º 1814/2022 – Proposta n.º 349/2022 – DURB/GAPRU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 383/19*
194. *Deliberação n.º 1815/2022 – Proposta n.º 350/2022 – DURB/GAPRU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 12/18*
195. *Deliberação n.º 1816/2022 – Proposta n.º 351/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria realizado ao abrigo do art.º 90.º do RJUE – Proc. n.º 40/21*
196. *Deliberação n.º 1817/2022 – Proposta n.º 352/2022 – DURB/DIMOT – Estudo de sinalização vertical para a Rua Cidade do Porto Seguro e vias adjacentes (Bairro do Vale da Rosa)*
197. *Deliberação n.º 1818/2022 – Proposta n.º 353/2022 – DURB/DIMOT – Minuta de acordo de utilização e funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal a estabelecer com os operadores de transportes de serviço público*
198. *Deliberação n.º 1819/2022 – Proposta n.º 354/2022 – DURB/DIMOT – Implementação de bolsas de estacionamento exclusivas a residentes nas Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC)*
199. *Deliberação n.º 1820/2022 – Proposta n.º 355/2022 – DURB/DIMOT – Implementação de bolsa de estacionamento dedicada ao sector da pesca e afins*
200. *Deliberação n.º 1821/2022 – Proposta n.º 356/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo e tensão arterial gratuitos – Proc. n.º 45/22*
201. *Deliberação n.º 1822/2022 – Proposta n.º 357/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com carrinho de gelados – Proc. n.º 17/22*

- 202. *Deliberação n.º 1823/2022 – Proposta n.º 358/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com veículo de interesse turístico – Motociclo sidecar – 3 meses – Proc. n.º 50/22*
 - 203. *Deliberação n.º 1824/2022 – Proposta n.º 359/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com insuflável – Proc. n.º 16/22*
 - 204. *Deliberação n.º 1825/2022 – Proposta n.º 360/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edifício de habitação multifamiliar – Proc. n.º 144/19*
 - 205. *Deliberação n.º 1826/2022 – Proposta n.º 06/2022 – GAVPS – Alterações ao Modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Setúbal – “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2022” – RETIRADA*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Gabinete da Presidência (GAP), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 4.
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.º 6.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que tinha uma questão que tinha a ver com a situação da Refood em Setúbal. A missão daquela instituição tinha como objetivo central a luta contra o desperdício alimentar.

O apoio alimentar à comunidade local era prestado, naquele preciso momento, a 45 famílias que se traduzia em 165 beneficiários, dos quais 60 eram crianças. E ainda à inclusão da comunidade, quer pela recolha de doações em géneros alimentares junto de entidades parceiras, importava referir que em média eram resgatadas 3 toneladas e meia de comida, quer pelo envolvimento de equipas de voluntários, que em Setúbal, naquele momento, rondava os 140. Aquela organização exercia a sua atividade em instalações temporariamente cedidas pelo CCD dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, e tinha de abandonar aquele espaço, e precisava com urgência de novas instalações para desenvolver a sua atividade.

Ao tratar-se de uma associação sem fins lucrativos, que operava localmente na, e para a comunidade, trabalhando sem remuneração, a organização tem tentado encontrar um espaço para arrendar, até à data sem sucesso. Contudo, não tinha como fazer face ao rendimento mensal, e tem tentado também, obter apoios junto do tecido empresarial local.

Sensibilizavam o senhor Presidente no sentido de apoiar, na resolução daquela situação, de forma a ser encontrada rapidamente uma solução, e não comprometer o trabalho desenvolvido pela organização, e pelos muitos voluntários.

Era de crucial importância encontrar um espaço que funcionasse como centro de operações, para apoiar as famílias carenciadas, porque um espaço era um ponto positivo para a projeção de um futuro, promoção de qualidade de vida, e coesão do tecido social no concelho, e para pensar no próximo dado o trabalho desenvolvido ser para bem da comunidade mais vulnerável.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que recentemente tinham começado a ser colocados na cidade, os parquímetros que concretizavam a expansão da zona tarifada, que resultava da concessão, que Câmara Municipal de Setúbal tinha atribuído por 40 anos. Como já tinham tido oportunidade de dizer, da forma como a expansão da zona tarifada estava a ser conduzida, era quase mais desordenada que o próprio estacionamento que pretendia regular. Com efeito, continuava sem ser apresentada uma solução, para os trabalhadores dos diversos serviços públicos, bem como do pequeno comércio, situados no centro da cidade, e que não tinham alternativa à utilização de viatura própria, bastava pensarem naquilo que era a gestão familiar de quem tinha que deixar os filhos na escola, e que não tinha mesmo com a Carris Metropolitana e a sua entrada em funções a partir do início do próximo mês, linhas que permitissem fazer uma gestão equilibrada, daquilo que eram as deslocações do seu agregado familiar, sem em utilização de viatura própria, e mais à frente iriam discutir, e bem, uma proposta de criação de uma bolsa de estacionamento, dedicada a um setor específico, que era o setor das pescas, não só iam discutir a criação de uma bolsa, numa zona que ainda não era tarifada, com continuavam sem dar uma resposta adequada, pelo menos de acordo com o entender deles, para os trabalhadores que presentemente eram afetados pela tarifação das zonas limites, ao seu local de trabalho.

No caso do setor das Pescas, a criação de bolsas de estacionamento parecia ser pró-ativa, uma vez que antecedia à colocação de parquímetros naquela área, na área onde a bolsa ia ser criada, as medidas que tinham sido anunciadas, eram absolutamente reativas, porque resultavam da contestação ao aumento da área tarifada, eram avulsas, porque não se via na sua concretização, um fio condutor de uma política de mobilidade, e pareciam ser também, inconsequentes, como era o caso do alargamento de um parque de rebatimento, numa zona onde não passava nenhum autocarro urbano. E era precisamente pela criação, pelo redimensionamento daquele parque já existente, nas traseiras da Escola Preparatória do Bocage, que gostariam de colocar algumas questões.

Estava a ser feito um reforço de lugares, numa zona onde não existia dificuldade para estacionar, porque não existia procura suficiente para a oferta de que já dispunham nessa zona, mas não era previsível, na verdade, que a pressão da procura por estacionamento subisse naquela zona, na medida que não haviam alternativas de transporte, direto para o centro da cidade.

Questionou qual era a linha, a ser operada pela Carris Metropolitana, que faria a ligação daquele parque ao seu centro da cidade. Uma vez que consultando o site da Carris Metropolitana, e as novas carreiras que seriam criadas, bem como aquelas já existentes, a linha que parecia passar mais perto daquele parque seria 4404, que era uma linha circular que passava entre os interfaces de transportes, mas passando entre os interfaces não tinha ligação direta ao centro da cidade, logo não resolvia o problema de quem tinha que se deslocar para o centro, na sua viatura própria.

Sendo o modo de transporte suave, uma alternativa considerada relevante pelo município e ao qual tinha sido dado particular destaque, embora fosse uma alternativa um pouco redutora, porque para tirar a carta de condução ainda não era obrigatório saber andar de bicicleta, questionou onde é que estavam as 50 bicicletas partilhadas, que o município tinha contratualizado com o Bolt, e que tinha anunciado no final do ano anterior. Essas 50 bicicletas partilhadas, tinham uma localização previsível, nos extremos da Avenida Luísa Todi, no extremo nascente e no extremo poente, no Parque Urbano de Albarquel, na Praça do Brasil, e na Avenida 22 de Dezembro, junto ao Convento de Jesus. Nenhuma delas ficaria, sequer, na proximidade do parque rebatimento, que se conhecia naquele momento.

Para finalizar questionou, uma vez que o município só tinha indicado que iam ser criados dois parques adicionais, mas não tinha indicado a sua localização, quais eram as localizações dos novos parques de rebatimento que iriam ser criados, e que já tinham sido anunciados.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que há cerca de 2 meses, pensava que tinha sido por volta do dia 3 de março, tinham levantado ali, em reunião da câmara, a questão dos espaços. Na altura tinham falado na Refood, do GATEM, e da Escola de Dança, e o Senhor Presidente tinha-se comprometido em encontrar uma solução, a curto prazo, na altura pensava que tinha falado em 2 ou 3 meses. Nesse sentido, recordavam esse assunto, uma vez que a Refood, e conforme já tinha sido referido, estava a chegar a uma situação limite, e não queriam, de todo, que deixassem de apoiar as famílias que apoiavam, e que deixassem de fazer o papel determinante que faziam naquele momento, por falta de instalações.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que faltavam 15 dias para a entrada em funcionamento do novo serviço de transportes de passageiros, a acontecer no próximo dia um 1 de junho.

Sobre essa operação não podia deixar de ser referenciada, mais uma vez, que a mesma resultava da consensualização de soluções à escala Metropolitana, implicando um significativo investimento dos orçamentos dos municípios correspondente a 9,3 milhões de euros, no caso de Setúbal. Tinha sido, através dessa ação conjunta que tinha sido possível, em 2019, a introdução do Passe Navegante com vista à uniformização da bilhética, possibilitando a utilização de todos os transportes públicos disponíveis, com um único título de transporte, em toda a área Metropolitana, e uma impactante redução tarifária com uma média de decréscimo de 38%, e que no caso de Setúbal poderia ser considerado, uma redução da despesa das famílias em cerca de 200 euros por agregado familiar. Aquela operação que resultava de um concurso Metropolitano, de 1,2 milhões de euros, e que substituíria as concessões atuais, garantia um verdadeiro e eficaz serviço público, de transporte de passageiros.

O valor da oferta do serviço aumentava 43%, na Área Metropolitana de Lisboa, e mais de 65% em Setúbal, através da disponibilização de mais horários, mais autocarros, e mais circuitos. Setúbal teria um serviço de 89 linhas, 18 totalmente novas e 53 com oferta reforçada. Dessas 89 linhas, 61 eram intermunicipais, 26 municipais, 2 inter-regionais, e 5 circulares, numa frota totalmente nova com autocarros adaptados a mobilidade condicionada, e com informação do percurso em tempo real.

Aquela era mais uma das ações ansiadas, pelo município, e fazia parte das propostas consideradas no Plano de Mobilidade e Transportes, desenvolvido pelo Município, e aprovado por unanimidade na câmara, e na Assembleia Municipal em 2018.

Das diferentes propostas, cujo objetivo era operacionalizar a estratégia de mobilidade através do desenvolvimento de um conjunto coeso de iniciativas, tendente à qualidade do ambiente e segurança rodoviária, considerou o mesmo plano, densificar a estrutura de rede de transporte público urbano, melhorando a acessibilidade aos principais polos geradores, e às principais zonas residenciais da cidade, melhorar a oferta de transporte público rodoviário intra e interconcelhia com a integração dos serviços diretos a Azeitão às freguesias rurais, a promoção da acessibilidade para todos em transporte público, nomeadamente pela substituição ou adaptação gradual do material circulante, e melhoria do acesso à estadia dos interfaces.

Com aquele novo serviço de transporte público, consideravam iniciada mais uma etapa, que garantia uma melhor mobilidade para todos, melhor ambiente, e qualificação urbana, e a necessária atuação com vista ao urgente combate às alterações climáticas.

Tinha sido também, o mesmo plano, aprovado por unanimidade na Câmara e na Assembleia Municipal em 2019, que tinha considerado como planos de ação e sectorial, e que têm vindo a ser concretizados pela autarquia, o desenvolvimento de condições de incentivo à utilização dos modos suaves, com a construção de uma rede de ciclovias, e de modos alternativos deslocação, que tinha considerado a expansão, e a requalificação da rede pedonal

estruturante, qualificando o espaço pedonal, que tinha considerado a indicação das necessárias intervenções na rede rodoviária, definindo a hierarquia da mesma, e a construção de rotundas, de forma a melhorar a fluidez automóvel e a redução de emissão de gases para a atmosfera, e tinha considerado ainda necessária implementação de medidas para a regulação das condições de circulação de mobilidade e acesso às praias, mas também a necessária intervenção na regularização do ordenamento do estacionamento do transporte individual, e a utilização do espaço público. Aquela última matéria muito sensível, como se tinha visto pela intervenção atrás, porque implicava uma alteração dos modos de deslocação a que todos nos tínhamos acostumado, era a necessária para tornar possível uma cidade para todos.

Após várias intervenções de qualificação do espaço público já concretizadas, a gestão do estacionamento público era a necessária ação que garantia a rotatividade e disponibilidade de estacionamento para os residentes, para o acesso aos serviços públicos, instalados na baixa da cidade, mas também para os visitantes do concelho e consumidores de restauração e comércio local. Mais uma vez, considerando as questões associadas à qualidade urbana, e as necessárias medidas de mitigação às alterações climáticas, a redução de circulação automóvel na cidade era uma das principais iniciativas que importava concretizar. Sabiam naquele momento que o setor dos transportes era responsável pela grande maioria das emissões de gases de estufa, com reflexos muito mais impactantes nos centros urbanos. Medidas como as que se aplicavam em Setúbal, de regular as condições de estacionamento através da tarifação, na perspetiva da regulação, e do reforço do serviço de transporte público, era o caminho necessário iniciado precocemente noutros países, ao qual Portugal e Setúbal não podiam deixar de se associar, não sendo possível de outro modo atingir a ambiciosa meta que o governo português se tinha proposto de redução de emissões, no setor da mobilidade de 40% até 2030.

Sabiam que o modelo não era perfeito, sabiam que havia questões e sabiam como fazê-lo, falando com todos, procurando as soluções e identificando as correções necessárias, e as alternativas possíveis.

Terminou concluindo, que aquele era o caminho certo para Setúbal, o caminho de mitigação às alterações climáticas, o caminho de fazer melhor ambiente, e de construir mais cidade.

Em relação às questões colocadas pelo senhor Vereador Joel Marques disse que não eram medidas avulsas, como tinha ficado exposto e conhecia o plano de mobilidade aprovado em 2018, sabia que era um complementar diversas medidas e, portanto, dizer que o desconhecia não era correto, nem sério, no âmbito daquela discussão. Considerava que o Partido Socialista geria aquela questão da forma mais alarmante possível, e com impactos negativos para a cidade, para os utilizadores, mas também para as questões mais altas, ou mais ambiciosas que se colocavam presentemente aos municípios e aos territórios. Eram medidas complementares, uma série delas pela positiva, medidas que tinham sido feitas ao longo dos anos, na atuação do município, e aquela era uma medida complementar, aquela no que dizia respeito ao estacionamento tarifado, que obviamente, podia merecer acertos, podia merecer ajustes, e era isso que tinham vindo a fazer, nas conversas e na relação com todos com quem se tem articulado.

Relativamente ao parque de rebatimento, era evidente que ele seria servido por um serviço de transporte público, quando entrasse em funcionamento. Se o senhor Vereador quisesse depois dava-lhe o percurso das carreiras.

O dia 01/06, seria servido aquele parque de rebatimento, provavelmente, com a paragem que existia presentemente, e a 15/06 com uma paragem naquele ponto específico, de acesso ao parque de rebatimento. Para além disso, ele estava na proximidade do interface da Praça do Brasil, e estava na proximidade do ponto da paragem existente no Parque da Várzea, no topo do prolongamento da Avenida de Moçambique. Mas ainda assim consideravam que era fundamental, a localização de uma paragem na proximidade daquele parque de rebatimento, que era esse o efeito do parque de rebatimento, era efetivamente o estacionamento no exterior da malha urbana, para que as pessoas pudessem de alguma forma deixar o transporte individual, se fosse essa a sua opção, ou a sua necessidade, e poder fazer o

transbordo para o transporte público, sendo que ,como era reconhecido e, como sabia, as cidades não comportavam a quantidade e a dimensão de carros que presentemente procuravam os centros urbanos.

Relativamente às bicicletas, tinham estado a trabalhar com a empresa, elas teriam início no dia 3 de junho, que era o dia da bicicleta, elas até já estavam em condições de iniciar a operação, mas iniciariam simbolicamente, no dia 3 de junho, por ser o dia da bicicleta, em que haveria uma série de iniciativas, e o início da operação da Bold estava agendada para esse dia.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que discordava, naturalmente, da Vereadora Rita Carvalho, quando dizia que o Partido Socialista tinha gerido o tema de uma forma altamente alarmante, antes pelo contrário, o Partido Socialista tinha vindo a alertar desde o início, desde que aquela concessão tinha sido feita, aliás, desde que o próprio regulamento tinha sido proposto, o Partido Socialista tinha vindo a alertar para aquilo que era um excesso de tarifação de lugares, em bairros residenciais, que no fundo, era aquilo que estava proposto, e o aumento para mais de 8 mil lugares tarifados obrigava necessariamente a que houvesse tarifação em bairros residenciais. Em bairros residenciais onde não existia pressão por deslocções para o centro da cidade, nem nenhuma pressão semelhante. Bastava ver que as zonas que eram passíveis de tarifação, se estendiam, por exemplo, ao Bairro Santos Nicolau, onde essa pressão não existia. Se a senhora Vereadora Rita Carvalho visse bem o mapa que fazia parte do regulamento de estacionamento tarifado, via lá o Bairro Santos Nicolau, via o Bairro da Conceição, via uma possibilidade de tarifar até à Praça D. Olga Morais Sarmento. Estavam a falar de bairros residenciais, onde não existia essa pressão.

A verdade era que, quando falavam de medida avulsa, falavam especificamente daquilo que era o alargamento de um parque de rebatimento, numa zona que não era servida de transportes públicos para o centro da cidade. A senhora Vereadora referia, e bem, aquilo que era a proximidade daquele parque à Praça do Brasil, ao interface da Praça do Brasil, e ao interface da Várzea, era um facto. Quem tinha que se deslocar para fora da cidade, tinha ali uma alternativa de estacionamento, enfim, já poderia estacionar na zona, porque esses lugares, daqueles 500 que tinham sido anunciados, pensava que 300 já estariam disponíveis, fora os outros lugares à volta do Parque da Várzea, que também, raramente estavam ocupados, ou raramente tinham uma ocupação superior a 20% ou a 30%, mas, na verdade, aquele parque não respondia àquilo que era a questão que se colocava naquele momento. É que aquele parque de rebatimento servia para quem ia para fora da cidade, mas quem ia para o centro da cidade, que era a zona que agora estava a ser tarifada, e que não era até há poucas semanas atrás, não tinha oferta de um serviço de transportes, que permitisse deixar o carro, por exemplo, imagine que vinha da zona ponte da cidade, que vinha do Viso ou da Reboreda, e que precisava de vir para o centro da cidade, não ia, naturalmente, deixar o carro, naquela zona da Várzea, ou mesmo que viesse de um outro bairro, a nascente, não ia deixar o carro na zona Várzea, porque não tinha oferta de transporte público, para depois ir para o centro da cidade.

Acrescia uma outra questão, já ali tinha levantado a possibilidade e, naturalmente pensava que isso poderia obrigar a uma revisão daquilo que era o regulamento de estacionamento tarifado, e aquele talvez fosse o momento para o poderem fazer, a necessidade de se criar uma avença, uma bolsa, à semelhança daquela que ia ser criada para o sector das pescas e afins, uma bolsa para quem trabalhava nos serviços públicos, ou no comércio do centro da cidade, e que tinha necessariamente, por uma questão de gestão familiar, que trazer a sua viatura própria para o centro da cidade.

Poderia dizer o seguinte, tinha uma filha que frequentava o 1º ciclo do ensino básico. A sua filha estava numa escola onde podia entrar de manhã, e iam buscá-la ao final do dia, ao fim do dia de trabalho. Mas não muito longe da escola, que a sua filha frequentava, haviam outras escolas do ensino básico, em que os alunos tinham aulas ou no turno da manhã, ou no turno da tarde, o que significava que, mesmo que os pais os colocassem em atividades extracurriculares, fora da escola, tinham sempre necessariamente de se deslocar, à hora de

almoço, para recolher a criança, para deixar a criança no espaço que ela ia frequentar durante a tarde e, portanto, era difícil fazer aquela gestão. As pessoas naturalmente programaram a sua vida para ser feita de uma determinada forma, tinham dificuldade em fazer aquela gestão sem utilização da sua viatura própria, recorrendo exclusivamente a transportes públicos. E mesmo com a criação daquele parque de rebatimento, não havia uma oferta de transporte público, para o centro da cidade. Tinha estado a ver as novas carreiras que iam ser criadas, e a única que passava perto daquela zona era a 4404, que tinha referido há pouco, era uma carreira circular entre interfaces, poderia ser interessante para quem utilizava aquele espaço e depois se deslocar para apanhar o comboio para Lisboa, um autocarro para qualquer outra localidade, para quem tinha de se deslocar para o centro da cidade continuava a não haver uma alternativa. E era essa alternativa que tinha de ser criada ou naturalmente, incrementando a oferta de parques gratuitos, junto aos sítios onde as carreiras passavam, e que pudessem permitir que as pessoas se deslocassem para o seu posto de trabalho, ou então naturalmente, criando a possibilidade de as pessoas recorrerem a uma avença, não estavam a sugerir que as pessoas não pagassem, não estavam a sugerir que o centro da cidade não fosse tarifado, estavam a sugerir que fosse criado à semelhança daquilo que ia, ser daqui a pouco discutido, e bem, e que ia receber, a naturalmente também com o voto favorável do Partido Socialista, uma proposta que iriam discutir mais à frente, tinham que discutir, a possibilidade de criação, à semelhança que iam fazer e bem para o sector das pescas e afins, a possibilidade de criação, de uma avença, um dístico que as pessoas pudessem utilizar, para estacionar o carro perto daquilo que era o seu local de trabalho e, quando dizia perto não precisava de ser à porta necessariamente em cima do passeio, mas dentro daquilo que eram as zonas que presentemente eram tarifadas, e onde as pessoas, habitualmente estacionavam.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria abordar um tema que lhes tinha ocupado muito tempo mediático, mas que sem prejuízo do que no entretanto tinha vindo a acontecer, e alguma acalmia mediática, o executivo municipal não podia deixar passar em branco, aquilo que tinha acontecido na semana anterior, na Assembleia da República, pela voz da senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Dra. Ana Catarina Mendes e, sem prejuízo dessa sua condição objetiva enquanto membro do Governo, que era também eleita, ou tinha sido também eleita como deputada pelo círculo de Setúbal, e tinha sido também cabeça de lista à Assembleia Municipal de Setúbal, pelo Partido Socialista. A senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, tomou a palavra numa audição parlamentar, e nessas declarações, a senhora Ministra não tinha tido em consideração o bom nome da instituição Câmara Municipal de Setúbal. Tinham sido declarações absolutamente lamentáveis, e que não podiam deixar passar em claro. Disse a senhora Ministra, a determinada altura, e eram palavras expressas das suas declarações, que teria havido uma tentativa, uma vez mais, de uma reunião entre a Câmara Municipal, para a celebração de um protocolo com a ACM, para o acolhimento de deslocados da Ucrânia.

Disse a todos os senhores Vereadores, com toda a clareza, que aquela declaração não era verdadeira. A Câmara Municipal de Setúbal, e aquele executivo, tinham respondido a todos os contactos realizados pelo Alto Comissariado. Aliás, aquele executivo Municipal, ao longo de todo aquele processo tinha realizado, por mais do que uma vez, reuniões com o Alto Comissariado.

Tinha sido sempre a Câmara Municipal que se tinha dirigido ao Alto Comissariado, e nunca tinha sido proposto à Câmara Municipal de Setúbal, um protocolo com a ACM, para o acolhimento de cidadãos deslocados da guerra da Ucrânia. Aliás, durante o processo consequente, a todo àquele conflito de atendimento, e acolhimento em Setúbal, não só tinham mantido os contactos diretos com o Alto Comissariado, como inclusive, foram obviamente abordados, ao longo daquele período, várias e diferentes informações sobre aquela mesma questão. E por isso, não podiam deixar de lamentar. Era lastimável que aquelas declarações tivessem sido proferidas, sem o rigor que assistia a um membro do Governo. Porque se tivessem ficado por ali, poderíamos considerar que tinha sido apenas um

lapso, mas a senhora Ministra, Dra. Ana Catarina Mendes, voltou a insistir, mais à frente nas suas declarações. Disse a Senhora Ministra que, ao contrário do que acontecia com outras autarquias, que aquela Câmara Municipal, ao contrário de outras, não tinha boas relações com o Alto Comissariado, e que tinha havido uma sessão de esclarecimento no concelho de Setúbal, com várias entidades, para a qual a Câmara Municipal de Setúbal, não só não quis estar, e como uma vez mais não quis celebrar um protocolo. Essa afirmação, não era verdadeira. A Câmara Municipal tinha estado presente na sessão de esclarecimento, certamente a que a Senhora Ministra se tinha referido e, aliás, não só tinha estado presente, como inclusive, partilhou informações daquilo que era o trabalho que estava a ser realizado, e que tinha sido acolhido de bom tom, por parte não só dos representantes do Alto Comissariado, como das entidades que estavam presentes nessa mesma reunião, aliás, estavam várias pessoas, inclusive pessoas que, provavelmente até noutra condição que eram eleitas na Câmara Municipal de Setúbal. E por isso, voltou uma vez mais a reafirmar, que nunca tinha sido proposto à Câmara Municipal um protocolo com a ACM, para o acolhimento de cidadãos deslocados da Ucrânia. Se a senhora ministra se referia a um CLAIM, ou à possibilidade de adesão ou de realização de um CLAIM, essa possibilidade tinha sido colocada recentemente, numa reunião no dia 3 de maio, à qual os serviços acolheram essa proposta para análise, e como deviam calcular, prontamente a Câmara Municipal tinha ouvido e disponibilizou-se para analisar. E, por isso, uma vez mais, não podiam deixar de afirmar que era lamentável que a um membro do Governo, queria acreditar que, certamente por informações pouco rigorosas que terão sido transmitidas, não teve em consideração o bom nome da Câmara Municipal de Setúbal, não teve em consideração os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal que, ao longo daqueles meses tem trabalhado no acolhimento de refugiados, que ao nosso país têm chegado, e certamente que a Senhora Ministra teria oportunidade de se retratar daquela situação.

Lamentavam que o tivessem que fazer, mas não podiam deixar passar em claro, quando beliscavam o bom nome daquela instituição, daquela Câmara, dos trabalhadores, e de todos aqueles que tinham de uma forma abnegada trabalhado para o bom acolhimento dos refugiados ucranianos que têm chegado à nossa cidade.

Não podia deixar de partilhar também, que naquele dia assinalavam o Dia Internacional dos Museus, e a Câmara Municipal, tinha assinalado aquele dia, com um conjunto de atividades que já se tinham iniciado no fim de semana, com a abertura de portas de muitos dos nossos equipamentos municipais, dando oportunidade, para em horários distintos daqueles que eram os horários habituais de funcionamento dos nossos equipamentos, dos nossos museus, poderem fazer visitas guiadas, mas aquele dia tinha sido um dia particularmente entusiasmante, com a possibilidade de no Museu do Trabalho assistirem a uma nova aplicação, que estava disponível e acessível, para todos aqueles que quisessem visitar o Museu do Trabalho, quer de uma forma presencial, quer em casa, e visitar de uma forma virtual o Museu do Trabalho. Era mais um passo, para uma perspetiva inclusiva, tinha um conjunto de opções que permitiam que aquela visita fosse feita, e realizada de uma forma inclusiva, a todos aqueles que quisessem realizar aquela visita, e era também mais um contributo para que os nossos equipamentos acompanhassem, não só a inovação, mas um espaço que estava acessível a todos, e a todas, aqueles que quisessem visitar os equipamentos Municipais de Setúbal.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que ia responder às questões colocadas pelo Vereador Joel Marques.

Sobre as carreiras que iam circular na proximidade da bolsa de rebatimento da Várzea, eram 5, com os números, 4403, 4551, 4423, 4404, passavam atualmente na Rua Cidade da Beira e passariam assim que houvessem condições técnicas de garantir pelo operador, na bolsa de rebatimento. Para além disso a 4451 que era a circular dos interfaces, que fazia a deslocação à frente ribeirinha. Como o senhor Vereador poderia ver, as questões estavam acauteladas e articuladas, com as entidades que tinham a competência e que deviam garantir aquele serviço.

Relativamente às questões dos residentes, tal como iam discutir, ou deliberar naquele dia ali, sobre a bolsa de estacionamento dos pescadores, iam também deliberar sobre a criação de bolsas exclusivas para estacionamento para residentes. O senhor Vereador tinha falado do problema criado aos residentes com tarifação. Que tencionavam tarifar áreas residenciais, da leitura que fazia era que isso era um problema para os residentes. Não era, porque a bolsa exclusiva para estacionamento para residentes garantia ao residente o lugar para estacionar. Aquelas medidas de tarifação garantiam melhores condições aos residentes, que presentemente tinham mais dificuldades, e que com uma bolsa exclusiva, ou com a questão da tarifação, tinham mais possibilidades de ter o estacionamento disponível, para garantir o estacionamento nos picos em que não utilizarão o transporte individual.

O senhor vereador tinha dito o que o PS tinha feito era um trabalho de alerta, mas o que achava que tinham feito tinha sido um trabalho de alarmismo.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que tinha pensado que o senhor Vereador Pedro Pina tivesse, naquele dia, começado a sua intervenção por lhes trazer um ponto de situação, tal como acontecia com a anterior Presidente de Câmara, sobre as participações, nas mais Belas Baías do Mundo, teria falhado por ventura essa explicação, ou essa explanação, tal como acontecia com a anterior Presidente, mas certamente teria a oportunidade, depois naquela ou noutra reunião lhes fazer ali um ponto de situação, se entendesse por pertinente.

Disse que era lamentável, relativamente ao tema que tinha estado na ordem do dia, e que tinha levado o nome de Setúbal pelo país, e pelo mundo fora, pelas piores razões, não tinha, obviamente a ver, com aquelas declarações que tinham sido afirmadas e reafirmadas, pela Senhora Ministra, tinha sim a ver com algo que ainda estava por explicar, tanto pelo Senhor Presidente da Câmara, como pelo Senhor Vereador, que tinha o pelouro dos direitos sociais. Realmente o bom nome de Setúbal tinha sido beliscado. Mas, tinha sido beliscado pela incompetência que o Senhor Vereador do pelouro dos Direitos Sociais tinha tido, juntamente com o Senhor Presidente, na análise, e na ação.

O problema não estava no facto de durante anos, aquela associação ter tido uma relação com a Câmara Municipal de Setúbal, aliás, uma relação que nas propostas que tinham sido trazidas à Câmara Municipal de Setúbal, sempre tinham merecido unanimidade. Não estava em causa o facto daqueles dois cidadãos, uma delas trabalhadora da Câmara Municipal de Setúbal, serem de nacionalidade russa, nem sequer terem convicções pró-Putin, não estava nada disso em causa, porque viviam num estado de direito e democrático e, portanto, viviam com a liberdade de expressão, e cada um tinha o direito de ter as suas posições políticas, e de ter as suas posições em que em que efetivamente acreditava. O que estava ali em causa, e aquilo que tinha sido chutado para todo o lado, no sentido de não serem assacadas as responsabilidades, e não estava a dizer que existiam responsabilidades criminais, não sabiam, estavam os inquéritos a correr. Certamente que existiam responsabilidades políticas, e teria sido muito fácil se no dia 20 de abril, quando a questão tinha sido levantada pelo senhor Vereador Paulo Calado, e depois levantada por ele, enquanto Vereador naquela Câmara Municipal, depois de terem recebido a comunidade ucraniana, que lhes tinha alertado para aquilo que estava a acontecer, e aquilo que eles tinham retrataram, ali, na Câmara Municipal de Setúbal, teria sido fácil, perceberem a falta de bom senso que tinha sido terem colocado aquelas 2 pessoas, que os senhores conheciam bem, conheciam muito bem, a fazer o atendimento a refugiados. Isso nunca podia ter acontecido, no mínimo por uma questão de bom senso.

Existindo voluntários ucranianos que se tinham disponibilizado para receber essas pessoas, que tinham chegado fragilizadas à nossa cidade, teria sido fácil encontrar uma outra solução. Mas, não, os senhores não tinham tido a capacidade de perceber que o mundo tinha mudado. O mundo tinha mudado, depois da criminoso invasão da Ucrânia. O mundo tinha mudado e os senhores não tinham percebido, e continuaram a agir como se tudo continuasse na mesma. Tinha sido preciso a comunicação social, trazer o assunto para cima da mesa, para algo ser feito. E tinha sido a partir desse dia, em que a notícia começou a circular, que algo foi feito pela Câmara Municipal. Portanto, não valia a pena desviar o assunto, nem valia a pena

desviar o assunto para os apoios que tinham sido dados à associação, nem para o facto daqueles dois cidadãos terem as suas convicções, porque eram livres de as ter. Aquilo que nunca podia ter acontecido era aqueles dois cidadãos terem sido colocados no atendimento a refugiados ucranianos. Isso é que nunca podia ter acontecido. Isso foi um erro que devia ter sido já assumido. Tinha havido no mínimo uma falta de bom senso. Mas, em vez de assumirem que tinha havido efetivamente uma falta de bom senso, que tinha havido um erro, na análise, e depois na ação, não, aquilo que continuavam a fazer era a pedir investigações ao senhor Primeiro-Ministro, era atirar para cima da Ministra Ana Catarina Mendes, era sacudir responsabilidade para toda a gente, e se continuassem naquele registo, iam chegar à conclusão, tal como tinha dito ali, há um tempo atrás, que a responsabilidade por aquela situação, por aquela decisão, por aquela decisão que tinha sido tomada ainda ia ser de Manuel de Mata de Cáceres, Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, que tinha saído em 2001. Se recuassem iam chegar a essa conclusão, porque a verdade era que o Partido Comunista, e naquele caso, o senhor Presidente, e o Vereador responsável, que eram membros da coligação CDU, um dos Verdes, outro do Partido Comunista Português, nunca tinham responsabilidade de nada, era sempre uma cabala montada contra o seu partido, e a responsabilidade nunca existia.

Naquele caso a responsabilidade era vossa, porque deviam ter percebido. Os inquéritos iriam apurar aquilo que, efetivamente, tinha acontecido. Se os dados recolhidos tinham sido devidamente ou indevidamente recolhidos. Iam esperar que os inquéritos lhes dissessem, se tinha havido ou não, uma quebra da proteção de dados. Iam esperar que os inquéritos lhes dissessem. Iam esperar, e tinha sido isso que os vereadores do Partido Socialista sempre ali tinham afirmado, naquele momento não existia condições para exigirem a demissão do Presidente, nem do Vereador responsável pela área. Tinham de esperar que os inquéritos acabassem. Mas como o senhor Vereador Pedro Pina, responsável pelo pelouro, tinha dado tantas entrevistas nos últimos dias, depois de terem assistido a um total blackout, por parte da Câmara Municipal, sobre aquele tema, existiam quatro perguntas que colocavam ali, e que esperavam que existisse uma resposta. Uma vez que já tinham percebido que responsabilidade pela falta de bom senso, que no mínimo, tinha existido naquele dia, essa nunca seria assumida.

Voltaram a questionar:

Em que qualidade estava o senhor Igor no atendimento?

Como justificava os procedimentos utilizados, nomeadamente os dados recolhidos?

O senhor Presidente, e o senhor Vereador responsável pelo pelouro conseguiram garantir que não tinha havido quebra na proteção de dados, que os dados não tinham saído da Câmara Municipal de Setúbal?

Depois da nomeação do encarregado da Proteção de Dados, se já tinha sido aberta uma auditoria não programada, mas urgente, que estava prevista na legislação em vigor? Era uma pergunta, aquilo não estava em segredo de justiça, bastava dizer sim ou não.

A precariedade laboral era um tema que tinham vindo a abordar muito ali na Câmara Municipal de Setúbal. A precariedade laboral, não era apenas uma bandeira que devia ser acenada em determinados momentos com protesto. Aliás, ela era utilizada, pelo Partido Comunista, não tinha qualquer tipo de problema de dizer, como uma grande bandeira a nível nacional. O combate àquele flagelo, da precariedade laboral, tinha no Partido Comunista, o primeiro defensor, defensor dos direitos de trabalhadores. Aquilo que não conseguia perceber, era que depois quando estava no exercício do poder, nomeadamente no poder autárquico, ali em Setúbal, usava dessa mesma precariedade laboral, desses falsos recibos verdes, dessas prestações de serviço que iam encapotar verdadeiros contratos de trabalho, como modelo de gestão, como opção de gestão. Aliás, isso tinha sido dito, e estava em alta, pelo senhor Presidente, tinha sido uma opção de gestão da Câmara Municipal. Portanto, havia perguntas que tinham sido feitas, e que até à presente data não tinham sido respondidas. Aquilo que perguntava ao senhor Presidente era de setembro até à presente data, quantos trabalhadores precários, que estavam há vários anos, a exercer funções na Câmara Municipal de Setúbal, com prestações de serviço, tinham sido chamados e tinham

sido enviados, e pediu desculpa pela expressão “para o olho da rua”, tinham sido enviados para fora da Câmara Municipal de Setúbal, sem qualquer tipo de proteção social.

Perguntou quantos trabalhadores, que estavam em Prestações de Serviço, é que já tinham sido chamados e a Câmara Municipal, através do Senhor Presidente tinha feito cessar esses contratos de prestação de serviços? Quantos trabalhadores é que naquele momento não tinham visto a sua situação regularizada, que não continuavam em prestação de serviços e que tinham sido enviados para “o olho da rua”, sem qualquer tipo de proteção social? E quantos trabalhadores é que continuavam, com falsos recibos verdes, na Câmara Municipal de Setúbal? Já por duas vezes que tinham feito esse requerimento por escrito, o primeiro desses requerimentos tinha sido há 6 meses, e até à presente data continuavam sem resposta. E, portanto, cabia saber, quantos trabalhadores em recibos verdes, é que a Câmara Municipal de Setúbal tinha presentemente, ainda, ao seu serviço.

Terminou a sua intervenção, recordando uma frase que tinha sido dita pela Senhora Vice-Presidente, na reunião do dia 16 de fevereiro de 2022: *“Deixamos a certeza do que nos diz respeito à reparação possível da tragédia ocorrida, e que não deixaremos com a celeridade exigida, de adotar os procedimentos necessários para salvaguardar a família da Sara”,* e acrescentou o senhor Presidente: *“sobretudo a sua filha, tenha todo o acompanhamento da Câmara Municipal”.* A pergunta que fez, passados 3 meses, era qual tinha sido o acompanhamento que a Câmara Municipal de Setúbal, tem feito junto da filha da trabalhadora, que tinha falecido? Qual o acompanhamento tem tinha sido feito junto dos pais de trabalhadores?

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que tinham percebido que não era fácil ouvir algumas questões, mas esperava até pela condição de munícipe vinculado à cidade, de uma forma inequívoca da parte do Vereador Fernando José, que pudesse ali, sobre as declarações da Senhora Ministra contrariar aquilo que eles ali tinham dito, achava que isso também era importante, até porque o senhor Vereador tinha feito uma coisa, uma vez mais, que não podia deixar em claro, é que tinha condenado logo à partida. Portanto, perguntou se continuava a ter mais informações que eles continuavam a não ter, quando dizia que as pessoas, nomeadamente, tinham vindo a ser acusadas, e condenadas publicamente eram pró Putin, e que eram de nacionalidade russa, e não os reconhecia como pessoas de nacionalidade portuguesa, de plenos direitos, e que deviam ter, exatamente nessa sua condição, também o respeito e consideração por tudo, porque o senhor fazia há cabeça uma contração vil, que era atribuir-lhes uma condição. Se o senhor sabia dessa condição, agradecia que lhes pudesse fazer essa demonstração, porque ele desconhecia-a.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que não pensava intervir naquele ponto, mas uma vez que a questão tinha sido suscitada novamente, era importante referir que aquela questão do acolhimento dos refugiados ucranianos era uma questão humanitária e, portanto, tinham de ter algum cuidado a abordar aquele tema. E tinha sido por isso que tinha colocado a questão, no dia 20 de abril, nos termos em que tinha colocado. Pelas informações que tinham vindo a público, tinha-se visto que a situação era muito mais grave do que aquela que pensavam e daí que tivessem inicialmente pedido demissão do senhor Presidente da Câmara, bem como e, naquele momento até era bem mais relevante, colocado um conjunto substancial de perguntas para resposta, ao executivo CDU, que ainda não tinham sido respondidas. De todo o modo, quis deixar claro que, em sede de Assembleia Municipal, a bancada do PSD tinha apresentado uma moção de censura, que tinha acabado por ser reprovada e, portanto, quanto a esse assunto, pensava que devia ser esclarecido, porque muitas vezes a população era levada ao engano, por algumas forças políticas, e a verdade era que tudo se mantinha como estava. No entanto, tinha se verificado, nessas informações que tinham vindo a público, que não era só na Câmara Municipal de Setúbal se verificavam erros, iam dizer assim, omissões, ou até colaboração com a referida associação, e com alguns indivíduos de nacionalidade russa, ligados ao regime de Putin. Esperavam mesmo, que tudo viesse a ser clarificado, porque a recusa do Partido Socialista, em ouvir o Senhor Presidente da Câmara

Municipal, em sede da primeira comissão da Assembleia da República, tinha sido para eles, algo muito frustrante, até pelo facto, de não terem ainda nenhum tipo de resposta ali, e estarem à espera que, pelo menos em sede de Assembleia da República, tivessem resposta a algumas das questões que tinham colocado.

Portanto, não queriam deixar de referir isso, e de referir que aquilo que tinha sido dito ali pelo Senhor Vereador Pedro Pina, tinha relevância e devia ser esclarecido, porque a ser verdade que foram proferidas, ia dizer assim, inverdades, elas também tinham de ser esclarecidas. Porque aquilo não podia ser: “andar a sacudir água do capote, quando nos calha a nós, senhores Vereadores do Partido Socialista” e, portanto, toda aquela questão tinha que ser esclarecida até ao fim. E era essa menção que quis deixar ali, para que ficasse clara a posição do PSD sobre esse assunto. Reiterando novamente, que gostariam que fossem respondidas as perguntas colocadas ali pela senhora Vereadora Sónia Leal Martins, na passada reunião.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que em primeiro lugar, quis dar uma palavra solidária para todos quantos eram vítimas, diretas ou indiretas, daquilo que era uma guerra, a invasão criminosa da Ucrânia. E quando falava em vítimas falava, naturalmente, do lado russo, e do lado ucraniano, e esperavam que não tivessem de acrescentar outras nacionalidades ao problema.

Respondendo, de alguma forma, ao Vereador Paulo Calado, disse que iam ter no dia 20, na Sessão da Assembleia Municipal, uma oportunidade de, a nível local, naquilo que era o respeito pelas instituições, e por aqueles que tinham sido eleitos pelos setubalenses da Gâmbia a Azeitão, poder fazer aquele que era o trabalho deles, de fiscalização através da criação de uma comissão. Como setubalense, e como autarca, contava com a votação favorável, sem artifícios, “sem guerras de meninos malcomportados”, mas na busca clara da verdade.

Quis também fazer uma saudação ao senhor Presidente da Câmara. A saudação fazia-a na sequência da sua intervenção, no aniversário das comemorações dos 66 anos do Independente. O senhor Presidente, de uma forma muito digna, dirigindo-se ao executivo, tinha feito uma referência clara, aos vereadores do Partido Socialista que estavam presentes. Isso dignifica aquele órgão, era uma coisa que outros vereadores com pelouro, se esqueciam de fazer em outros momentos, por isso, quis saudar o senhor Presidente por aquilo que era o exercício da democracia, e o respeito por aquele órgão.

Sra. Vice-Presidente – Disse que o senhor Vereador Fernando José tinha feito algumas questões que gostaria de dar resposta.

Para algumas questões, ia-se repetir relativamente a outras reuniões, em que já tinha tido oportunidade de dizer que a Câmara Municipal, atenta às questões das necessidades do seu mapa de pessoal tinha vindo a abrir procedimentos concursais. Esses procedimentos concursais tinham vindo ali à Câmara Municipal, portanto, era do conhecimento dos senhores vereadores.

Durante o ano de 2020 tinham sido abertos 38 procedimentos concursais, na sua maioria já estavam concluídos. Em 2021 tinham entrado efetivamente 132 trabalhadores para o mapa de pessoal. No presente momento, no ano de 2022, ainda estavam por entrar alguns desses lugares, relativos a alguns concursos que estavam mesmo na fase final, e iam dar início a outros que tinham sido aprovados ali, na reunião da Câmara de 6 de abril.

Portanto, durante o ano de 2022 tencionavam colocar mais de uma centena de trabalhadores para a ocupação desses lugares.

Relativamente às questões do acidente com a trabalhadora Sara Graça, a companhia de seguros tinha informado a Câmara Municipal que estava, naquele momento em contacto com a família, decorrente dos procedimentos que tinham que ser realizados.

Quis informar também aquela Câmara, que tinham tido um pedido do Ministério Público relativamente, a questões relacionadas com o acidente, no dia 2 de maio, e que tinha sido por eles respondido, no dia 6 de maio.

Relativamente ao acompanhamento à família, tinham vindo a fazer esse acompanhamento informal, junto de um familiar, não com o pai e com a mãe, mas diretamente com um outro familiar, com o irmão da vítima, e esse acompanhamento tinha vindo a ser feito. Até à data, tinha sido assim que tinham estabelecido aquela metodologia, estavam a aguardar por mais questões relacionadas com o desfecho do acordo com a seguradora pudesse vir a ter com a família naquele âmbito.

Sr. Presidente – Disse que queria dar resposta a um conjunto de questões que tinham sido colocadas e relativamente a outras fazer alguns ajustamentos.

Relativamente à questão que a senhora Vereadora Sónia Martins, e a senhora Vereadora Patrícia Paz, tinham levantado sobre as condições de funcionamento das nossas associações, tanto do ponto de vista social, como das atividades culturais ou desportivas. Era importante dizer que a Câmara Municipal, ao longo daqueles 20 anos, tinha feito um esforço significativo, também do ponto de vista financeiro, para requalificar aquela cidade, aquele município, e aquele território.

Nessa área, designadamente naquela área da Cultura, do Desporto, era bem patente, o conjunto de edificado que tinha sido requalificado na cidade, e que estava ao abandono. Era bem patente, porque estava à vista de todos. Para além daquilo que era a responsabilidade da Câmara Municipal, aquela Câmara Municipal, tinha feito também investimentos significativos, ainda estavam a decorrer, em património classificado, como património nacional, e que competia a outras entidades resolver, e que essas entidades, os sucessivos governos, era importante dizer, e, portanto, quem representava o Estado Português, e que tinha essa obrigação não o tinha feito. E a Câmara Municipal tinha assumido essa responsabilidade, retirando capacidade ao seu orçamento, para recuperar esse património. E esse património estava atualmente à vista de todos, era presentemente motivo de atração, era presentemente motivo de reconhecimento, pelos que ali viviam, e por aqueles que os visitam. E era essa dinâmica, que tinha a ver também, com aquilo que era a atividade económica, no município, era a atração do investimento, no nosso município. Todas essas questões estavam interligadas. Era preciso ter uma visão global e articulada daquele desenvolvimento, que era reconhecido por todos, e que as estatísticas o demonstravam. Só não via quem não queria. E isso tinha sido, ao longo daqueles anos, porque os orçamentos eram limitados, uma opção que a Câmara Municipal tinha tomado, uma opção com uma prioridade dirigida exatamente para a requalificação desse património. Atualmente estavam numa fase avançada desse trabalho, desse investimento era tempo, de ainda nessas áreas tomar outras opções, estabelecer outras prioridades. Como já tinha tido oportunidade de o afirmar publicamente, a Câmara Municipal estava a desenvolver esforços, no sentido de encontrar instalações que permitissem a que um conjunto de associações, do âmbito social, cultural, e desportivo, pudessem melhor desenvolver as suas atividades, continuar a contribuir para o desenvolvimento social, cultural, e desportivo do nosso município, das nossas populações. Era um esforço que já estava a ser feito, um trabalho que estava a ser feito, e um esforço que ia ser desenvolvido nos próximos anos, porque os orçamentos eram sempre limitados. Já naquela semana, havia pelo menos três associações daquelas, que iam ser convidadas a visitar espaços, que tinham sido encontrados, para ver se tinham as melhores condições, para desenvolver a sua atividade. Naturalmente que, quando identificaram aqueles espaços, achavam que esses espaços serviriam para que essas associações pudessem desenvolver melhor essas atividades. Seguir-se-iam outras. Como tinha dito, esse era um objetivo e uma prioridade que se ia concretizar.

Referiu, porque tinha sido identificado o caso da Refood, já tinha sido transmitido à Refood, quando os tinha abordado e colocado a questão da falta de instalações, que iriam procurar encontrar umas instalações. Provavelmente, na semana seguinte a associação Refood seria contactada, também para visitar umas instalações, para ver se elas eram adequadas, naturalmente, com as adaptações, e a intervenção da obra que tinha que ser feita, para que essa associação pudesse desenvolver aí sua atividade. E outras associações estavam identificadas, e esse trabalho de levantamento e das condições de edificação para que essas

associações pudessem assim contribuir, também para o desenvolvimento social, cultural e desportivo, do nosso concelho.

Sobre a questão dos transportes, a questão do estacionamento, e o trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido, a senhora Vereadora Rita Carvalho, tinha feito uma afirmação que, naturalmente, subscrevia: *“Há quem, em vez de contribuir para resolver os problemas das pessoas, centra-se ou concentra-se na guerrilha política, na especulação, em vez de fazer aquilo, que naturalmente, é importante fazer”*. Naturalmente que não faziam tudo bem, mas aquilo que faziam, faziam com critério, com ponderação, e sempre com o objetivo último de servir as populações. Naquele caso concreto, de servir as populações, era também por um bem maior, que era a qualidade do ambiente, a qualidade de vida, e a saúde de quem ali vivia. Era essa uma visão global e articulada, sempre pensando num futuro melhor, para quem ali vivia. Sempre pensando em contribuir para que os problemas ambientais, e as alterações climáticas, tivessem também um pouco do nosso contributo, dentro da responsabilidade que lhes cabiam. Era esse o trabalho deles. Quando não se conheciam as situações, e se optava logo, em vez de pedir esclarecimento, de fazer especulação sobre os mesmos, naturalmente que não era um bom caminho, para quem quer que fosse. Aquilo que a senhora Vereadora Rita Carvalho tinha dito, sobre aquelas matérias, relativamente à oportunidade que os cidadãos daquele município, tinham naquele momento de poder fazer a opção por utilizar o transporte público, em vez de continuar a utilizar o transporte particular, como tinham estado obrigadas ao longo de muitos anos, porque tinham sido incentivadas a adquirir carros, para resolver os seus problemas, as suas necessidades de mobilidade, por falta generalizada de transportes públicos, naquela região metropolitana, por exemplo. E por isso, não podia deixar de saudar, os municípios da área Metropolitana, pela iniciativa que tinham tido, da criação do Passe Navegante que tinha um contributo extraordinário, para os orçamentos familiares, designadamente os orçamentos das famílias mais fragilizadas, na ordem dos 100 a 200 euros mensais, reduzindo os custos de utilização do transporte público. Para além disso, tinham aberto vários concursos internacionais para dotar aquela região de novos autocarros. Mais autocarros, mais linhas e, portanto, um serviço que ia de encontro àquilo que todos consideravam que era, utilizando mais o transporte público, reduziam a utilização do transporte particular, contribuía para uma melhor qualidade de vida, para um melhor ambiente, para uma melhor saúde. Era isso que estava em causa. Era aquela visão global, aquela perspetiva de futuro que faltava nas intervenções que alguns dos senhores faziam. Era esse o caminho que estavam a trilhar, quando implementavam os regulamentos, os compromissos que a Câmara Municipal tinha assumido, estavam a fazê-lo, considerando dificuldades, problemas que iriam surgir, e que eles iriam resolver, como estavam a resolver.

Já tinha sido anunciada a criação de um parque chamado de rebatimento, praticamente dentro da cidade, da área urbana da cidade, um primeiro parque de rebatimento. Tinha tido oportunidade de anunciar que o objetivo era atingir, em parques dentro da cidade, não na zona ribeirinha, como os senhores bem sabiam isso não era possível, mas dentro da cidade, ter mais parques, chamados de rebatimento, ultrapassando os 2500 lugares de estacionamento gratuito, onde as pessoas podiam estacionar o seu carro, apanhar o transporte público, e dirigir-se à zona de trabalho, de lazer, de comércio, aquilo que fosse, não tendo a necessidade de utilizar o transporte individual. E tudo aquilo era feito como muito bem os senhores sabiam, com custos mais reduzidos, também para os orçamentos familiares. E também como muito bem todos sabiam, Setúbal não estava a fazer nada de novo, ou de inovador, no sentido em que por essas cidades, por essa Europa fora, naquele país, em várias cidades, esses modelos, aquelas intervenções na forma de gerir o espaço público, tinham vindo a ser progressivamente feitas. A cidade de Setúbal era uma cidade que tinha de se orgulhar também do compromisso que tinha com a saúde pública, com o ambiente, e com a qualidade de vida. Era esse o trabalho que estavam a fazer. Era esse o caminho que estavam a trilhar e que dentro de pouco tempo, os setubalenses, os cidadãos que viviam no município de Setúbal, teriam oportunidade de verificar que aquilo que faziam, ao contrário do que os arautos da desgraça afirmavam, era no sentido de criar melhores condições e mais qualidade de vida às pessoas que ali viviam, melhores condições de saúde,

mais saúde e, melhor ambiente. Era esse o grande objetivo, era essa a grande tarefa. Naturalmente que o fariam sempre em colaboração, e com o envolvimento das populações, porque sem as populações, eles não conseguiriam desenvolver esse trabalho, e atingir aqueles objetivos. E essa era uma dificuldade maior, porque reafirmava, com os arautos da desgraça, naturalmente que era mais difícil, era mais difícil levar à compreensão por parte das populações de que o objetivo era um objetivo claro, era um objetivo determinado, e que estava experimentado nas principais, ou na generalidade das cidades da Europa, e também em Portugal.

Referiu-se também às questões de um problema que tinha sido identificado, e que que não poderiam ignorar. Tinha a ver com a receção de refugiados da Ucrânia em Setúbal. Já tinha dito, tinha dado explicações, a que as que tinha achado adequadas e pertinentes, sobre algumas questões que poderiam surgir, para que não houvesse mais especulação. Tinha-o feito até em documentos escritos que tinham sido distribuídos aos senhores vereadores, e aos senhores membros da Assembleia Municipal. As investigações estavam a decorrer a pedido da Câmara Municipal. Naturalmente, uma decisão do Governo, mas tinha sido a pedido da Câmara Municipal que essas investigações estavam a decorrer e, portanto, aguardavam o resultado dessas investigações. Mas o que era de criticar, como muito bem disse o senhor Vereador Fernando José, eram as especulações. Havia muitas especulações, e esperava bem que as investigações viessem a demonstrar que, de facto, tinha havido muita especulação, e muitos se tinham aproveitado para tirar proveito próprio de situações que não tinham passado de especulações, porque não havia nada de concreto, até á presente data, havia zero. Mas as declarações que a senhora Ministra, tinha feito na Assembleia da República, numa audição, não eram especulações, eram declarações que estavam escritas, que tinham sido divulgadas de viva-voz nos órgãos de comunicação social, e eram declarações que mereciam uma manifestação de indignação, por parte dos setubalenses e, em particular por parte da Câmara Municipal, e dos seus trabalhadores. A senhora Ministra que era eleita na Assembleia Municipal de Setúbal e, por isso, achava que haviam razões acrescidas para ter mais cuidado nas afirmações que tinha feito.

A senhora Ministra tinha referido que a Câmara Municipal não tinha uma relação estreita com a alta autoridade para as Migrações. Já tinha sido provado, o senhor Vereador já o tinha referido, tinha dado exemplos concretos de uma estreita ligação, e uma estreita relação com o Alto Comissariado das Migrações. A senhora Ministra também tinha afirmado que a Câmara Municipal, embora tendo sido convidada, se tinha recusado a ir a uma reunião promovida pelo Alto Comissariado em Setúbal. Não só a Câmara Municipal tinha estado representada, como tinha sido subscrita a lista das presenças, como inclusivamente existia um relatório do técnico que tinha participado nessa reunião e que, naturalmente, disse aquilo que se tinha passado na reunião. Portanto, perante aquilo, e por se tratar de um alto responsável que representava o Estado Português, que representava os eleitos do Município de Setúbal, e do Distrito de Setúbal, naturalmente, que exigiam que a senhora Ministra reconsiderasse, naquilo que tinha dito, e que publicamente dissesse que se tinha enganado, que tinha sido um lapso, qualquer coisa, agora aquilo não eram especulações, aquilo eram factos. Não podiam deixar de denunciar isso, porque senão, não estariam a defender o bom nome daquela Câmara Municipal, das pessoas que ali trabalhavam.

Deixou aquela questão, para que a senhora Ministra pudesse melhor refletir, e tomar a iniciativa que considerassem mais adequada.

Quanto à questão daquilo que era designado por precariedade laboral, na Câmara Municipal de Setúbal, pensava que já bastas vezes a questão ali tinha sido colocada e repetida, e já bastantes vezes tinha sido dada resposta às questões que tinham sido colocadas, mas era uma forma de estar de algumas pessoas, portanto, naturalmente, que a Câmara Municipal continuava a trabalhar, e a dar resposta aos problemas que tinha, a resolver os problemas dos trabalhadores, a dar resposta às expectativas que os cidadãos de Setúbal, de Azeitão, da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, do Sado, de São Sebastião e da União de Freguesias de Setúbal, esperavam que a Câmara desse. E era nisso que estavam a trabalhar e continuariam a trabalhar, nesse sentido, porque estavam focados em resolver os problemas

das pessoas, em criar melhores oportunidades, e em assumir os compromissos que tinham estabelecido com quem os tinha elegido, e com toda a população daquele município. Era e seria esse o caminho deles.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que queria fazer uma breve intervenção sobre os arautos da desgraça. Não ia retirar a saudação que tinha feito, porque tinha sido sincera, mas não sabia se também se estava a referir à bancada do Partido Socialista, sobre arautos da desgraça, mas uma vez que estavam a falar de estacionamento, e tinha sido o senhor Vereador Joel que tinha falado, quis dizer que, por um lado, ainda assim, tinha ficado satisfeito porque não lhes tinha chamado os 4 cavaleiros do apocalipse, não era mau. Mas quis dizer que não ficava triste por ter falado em arautos da desgraça, porque já tinha idade suficiente para resistir a essas coisas, mas disse que ainda não tinha descoberto o nome que poderia usar naquele momento, mas um dia iria voltar à carga, mas talvez fosse próprio também, assumindo uma vez por todas que a maioria era relativa, ou seja, era uma maioria da CDU relativa ao PS, e uma maioria da CDU relativa ao PSD, mas quando se tratava de olhar para as duas forças políticas que estavam na oposição, porque era isso que eles eram, não era arautos da desgraça, era a oposição, do ponto de vista daquilo que era o enquadramento constitucional, eram oposição. Sendo assim, pensando que a oposição constituía uma maioria voltava a insistir, talvez fosse bom, nalguns dossiês haver aquilo que era uma negociação prévia, um tratamento prévio, como, aliás, já tinha sido prática daquele executivo. Tinha havido matérias em que tinham tido ocasião em ouvir as propostas dos senhores vereadores, de uma forma muito clara, muito transparente e, deu um exemplo. Numa das reuniões anteriores, a proposta do estacionamento e das preocupações, por exemplo, com a atividade dos nossos pescadores, essa questão tinha sido levantada naquele dia, hoje trazia-se uma proposta. Teria sido simpático, e teria sido democrático, ter falado com eles, e também naturalmente, com o PSD. Continuou a insistir, um executivo em democracia devia ser democrático e, sobretudo quando aquilo que era a CDU não tinha maioria. Voltou a insistir, estavam disponíveis para construir respostas para mais e melhor Setúbal em conjunto. Não iam estar sempre de acordo, mas iam estar ali sempre, não era para serem arautos da desgraça, era para serem construtores de futuro.

Sr. Presidente – Respondeu ao senhor Vereador Vítor Ferreira e disse que quando falava em arautos da desgraça, cada um havia de saber as linhas com que se cosia, era assim que o povo dizia. Portanto, sobre isso: “*tenho dito*”.

Relativamente à questão das maiorias e das minorias, havia ali uma questão que achava que de uma vez por todas tinha de ficar resolvida, se os senhores assim o entendessem, a CDU tinha ganho as eleições, em todos os órgãos autárquicos daquele município. Isso era uma coisa que custava a entrar na cabeça de algumas pessoas e, portanto, como muito bem sabiam haviam determinadas iniciativas, em que a CDU pedia para reunir com o Partido Socialista, com os vereadores do Partido Socialista, e com os vereadores do PSD. Já tinha acontecido várias vezes, e ia continuar a acontecer. Agora eram eles que decidiam quais eram as questões que achavam que deviam ser faladas com os partidos da oposição. Era eles que decidiam, tinham a maioria. Isso não tinha nada a ver com a democracia, a decisão era que cada um, não tinha nada a ver com a democracia, porque naquele procedimento eles tinham a maioria. Eles apresentavam propostas, eles faziam trabalho, decidiam, dentro daquilo que os senhores os deixavam decidir, era verdade, mas eles decidiam dentro daquilo que a lei lhes permitia que fossem eles a decidir, e eles decidiam, e era isso que estavam a fazer. Quando eles chegavam a uma situação, em que consideravam que havia matérias que deviam falar com os partidos da oposição, falavam, como já tinham feito, como iriam continuar a fazer. Fá-lo-iam quando achassem que o deviam fazer. Achou que tinha respondido à questão.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Presidente tinha afirmado, que o executivo não fazia tudo bem, não poderia subscrever mais uma afirmação do senhor Presidente.

O senhor Presidente tinha voltado a afirmar que a Câmara Municipal pretendia criar em parques de rebatimento 2500 lugares. Considerando que 500 desses já estavam incluídos no parque de rebatimento que tinha sido apresentado, e que se situava na zona da Várzea, tinha questionado há pouco, e voltava a questionar, qual era a localização dos restantes 2000 lugares, dos restantes dois parques de rebatimento. A ausência de resposta concreta, levava naturalmente a que a interpretação fosse de que aquilo era uma medida avulsa, uma medida que era criada depois dos lugares começarem a ser tarifados, que tinha sido aquilo que tinha acontecido com o primeiro parque.

Disse que agradecia uma resposta concreta sobre a localização.

Sr. Presidente – Disse que agradecia a curiosidade do senhor Vereador, mas eles iam fazendo o trabalho deles, quando chegasse a altura...

O que tinha dito era compromisso que esperava vir a atingir, se não a ultrapassar. A perspetiva era a de criar 2500 lugares de estacionamento gratuitos, para que pudessem estacionar ali os carros e, portanto, ter a possibilidade, e a facilidade de utilizar transportes públicos para que as pessoas, os cidadãos se dirigissem aos locais para onde quisessem ir. A seu tempo, naturalmente que seria identificada a localização de outro, ou outros espaços.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que queria só complementar, já tinha sido dito, mas achava que valia a pena reafirmar, na sua opinião.

Estavam a falar de bolsas de rebatimento, portanto, eram áreas com dimensão suficiente para serem consideradas bolsas de rebatimento. Estavam a falar de áreas consideráveis do território. Já tinha sido dito, pelo senhor Presidente, pensava que também já teria sido dito ali noutras reuniões, que eram terrenos que não eram públicos e, portanto, só poderiam ser anunciados depois de aceitação com os particulares.

Já tinha sido dito isso.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador ainda não tinha ouvido, mas ficava aquele esclarecimento.

Disse que afinal sempre iam dando esclarecimentos.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que gostaria de fazer uma proposta, se o senhor Presidente concordasse, poderia fazer uma apreciação, uma saudação conjunta, fazendo a referência aos diferentes nomes, evitando a leitura, naturalmente fazendo depois um apelo. Em vez de ler a saudação uma a uma fazer a referência....

Sr. Presidente – Disse que ele referia.

Era uma saudação ao aniversário da Associação Meninos de Ouro, uma saudação ao aniversário do Clube de Canoagem de Setúbal, uma saudação ao aniversário Belcamp Tennis Club, uma saudação ao aniversário do Clube Naval Setubalense, uma saudação ao aniversário do FC Setúbal, saudação ao aniversário da Academia de Voleibol de Setúbal, saudação ao aniversário da Associação Água Ardente, saudação ao aniversário da Associação Futebol de Setúbal e uma saudação ao aniversário Grupo Desportivo o Independente.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que enquanto setubalenses e enquanto membros daquele executivo municipal, naturalmente, enquanto eleitos, era com satisfação particular, que podiam ali fazer uma saudação no aniversário da Associação Meninos de Ouro, do aniversário do Clube de Canoagem de Setúbal, do Belcamp Tennis Club, do Clube Naval Setubalense, do FC Setúbal, da Academia de Voleibol de Setúbal, da Associação Água Ardente Produções Teatrais, da Associação Futebol de Setúbal e do Grupo Desportivo o Independente. Eram naturalmente, instituições que tinham diferentes idades, tinham diferentes anos de intervenção, mas todas elas constituíam, naturalmente uma importante

intervenção social, desportiva e cultural, e aquilo que de alguma forma fazia a diferença na nossa terra, que era uma terra franca, aberta e solidária com todos.

A saudação deles, em que eram acompanhados por todos os elementos daquele executivo, era no sentido de olhar para elas como ajudando a construir mais e melhor Setúbal, estando naturalmente de parabéns, e só não cantavam os parabéns para não estragar o ambiente.

Pediu que as saudações fossem enviadas às respetivas instituições e devidamente divulgadas.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que se associavam a todas as saudações mencionadas.

O senhor Vereador Vítor Ferreira apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 7 a 15.

*“Saudação
Aniversário da Associação Meninos de Ouro*

Fundada em 2003, a Associação Meninos de Ouro, celebrou no dia 14 de maio o seu aniversário.

É uma associação sem fins lucrativos, que tem como objetivo a defesa dos direitos da criança, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública. Na sua atividade integra as Redes Sociais de Setúbal e Sesimbra, a CPCJ de Setúbal e Sesimbra, a Rede Europeia Anti-Pobreza, e a União Distrital das Instituições de Solidariedade Social de Setúbal.

Sediada em Azeitão, atua através da dinamização de projetos, tais como, o Gabinete de Apoio Família, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental – o Farol, o Banco de Recursos – Porto de Abrigo, e Conferências no âmbito das Ações de Prevenção – Projeto Arca do Tesouro.

Reconhecendo o seu importante trabalho em prol da defesa dos direitos da criança, promovendo a melhoria das condições de exercício da parentalidade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, saúdam e felicitam a associação, bem como os dirigentes, equipa técnica, colaboradores e todos aqueles que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário do Clube de Canoagem de Setúbal*

Fundado em 1985, o Clube de Canoagem de Setúbal, celebrou no dia 16 de maio o seu aniversário.

O clube promove e dinamiza aulas e atividades de canoagem tradicional e de kayak-polo. É ainda a entidade responsável pela gestão e dinamização do Centro Náutico Municipal de Canoagem de Setúbal, onde promove atividades e experiências de canoagem, proporcionando um primeiro contacto com esta atividade no nosso rio Sado.

É a casa de atletas que participam em provas nacionais e internacionais, onde por diversas vezes se sagram campeões, elevando assim o nome da cidade de Setúbal.

Reconhecendo a importância da dinamização de atividades de âmbito desportivo, sejam elas recreativas ou de competição, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, saúdam e felicitam o clube, dirigentes, órgãos sociais, treinadores, atletas e todos aqueles que contribuem de alguma forma para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário do Belcamp Tennis Club*

Fundado em Azeitão, apenas em 2020, o Belcamp Tennis Club, celebrou este mês o seu 2º aniversário.

Afirma como seu principal objetivo a formação de atletas, a qualquer nível de aprendizagem, no âmbito do desenvolvimento de competências físicas e formativas, no contexto desportivo e social.

Reconhecendo a importância da dinamização de atividades de âmbito desportivo para a promoção do bem-estar no nosso concelho, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, felicitam e saúdam o clube, os órgãos sociais, treinadores, atletas, e todos aqueles que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário do Clube Naval Setubalense*

Fundado a 6 de maio de 1920, o Clube Naval Setubalense, celebrou este mês o seu aniversário, completando 102 anos.

Começa a sua atividade estabelecendo sede numa sala cedida pelos Bombeiros Voluntários, no entanto, devido às limitações do espaço, foi possível, através da Câmara Municipal de Setúbal, estabelecer a sua sede num barracão nos terrenos da autarquia, junto ao rio Sado. Com o crescimento do clube, durante o decorrer do século XX, existiram diversas fases de ampliação e construção.

Das modalidades que o clube oferece destacam-se a natação, a patinagem artística, o remo, a vela, a ginástica e o andebol. A oferta de modalidades estende-se ao hóquei em patins, e no desporto adaptado, ao andebol em cadeira de roda e ao remo.

O Clube Naval Setubalense, é um ator de extrema relevância na dinamização desportiva do nosso concelho, não esquecendo o seu importante papel na formação de base dos atletas.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara, a 18 de maio de 2022, reconhecendo a importância da atividade do Clube Naval Setubalense, felicitam e saúdam o clube, dirigentes, órgãos sociais, treinadores, atletas, sócios, e todos aqueles que contribuem para a continuação da atividade deste clube centenário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário do FC Setúbal*

Fundado apenas em 2015, o FC Setúbal é desde então caracterizado pela ambição, celebrando as vitórias e as subidas de divisão, mas nunca se deixando contentar com estas, apesar das adversidades sentidas.

Reconhecendo a importância da dinamização de atividades de âmbito desportivo para a promoção do bem-estar no nosso concelho, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, felicitam e saúdam o clube e todos aqueles que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

*“Saudação
Aniversário da Academia de Voleibol de Setúbal*

A Academia de Voleibol de Setúbal, celebrou neste mês de maio o seu aniversário, tendo completado 8 anos.

Tem como missão potenciar futuros cidadãos através da promoção da atividade desportiva, com uma cultura de responsabilidade social, ética e ecológica. A inclusão é um importante

valor basilar da academia, para o envolvimento de toda a comunidade naquilo que é a prática desportiva.

Estabelece parcerias e colabora com outras entidades, para a dinamização de atividades de caráter desportivo em diversas modalidades, tendo sempre em mente o fator social e a promoção da inclusão, sendo exemplo disto as atividades que têm sido organizadas nos chamados “Sábados Saudáveis”.

Reconhecendo a importância da dinamização de atividades de âmbito desportivo para a promoção do bem-estar no nosso concelho, e tendo em mente os valores da academia – União, Resiliência, Integridade, Ambição e Perseverança – os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, felicitam e saúdam a academia, bem como todos aqueles que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário da Associação Água Ardente – Produções Teatrais

A Associação Água Ardente – Produções Teatrais, celebrou neste mês de maio o seu aniversário.

A sua atividade centra-se no desenvolvimento de projetos artísticos e culturais, nas áreas do teatro e da expressão dramática, dirigindo-se a diversos públicos. Aposta também na área da formação, na organização de oficinas, tendo como preocupação o desenvolvimento de competências nas diversas formas de expressão por parte do público. Tem ainda uma forte vertente multicultural e social.

Estabelece parcerias com escolas e instituições de serviço público, para o desenvolvimento de atividades de âmbito formativo e de âmbito performativo.

Reconhecendo a importância da dinamização de atividades de âmbito cultural e social, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, felicitam e saúdam a Água Ardente – Produções Teatrais, bem como todos aqueles que tornam possível a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário Associação de Futebol de Setúbal

A Associação de Futebol de Setúbal, a organizadora das provas oficiais de futebol, futsal, futebol de praia, na região de Setúbal, celebrou este mês de maio o seu aniversário.

A associação simboliza e representa os valores da união, dedicação, trabalho e fair play, valores estes que tem como pilares. Fundada em 1927, conta já com 95 anos de existência, de história e de atividade.

Reconhecendo a importância da dinamização de atividades de âmbito desportivo para a promoção do bem-estar no nosso concelho, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, saúdam e felicitam a Associação de Futebol de Setúbal, bem como os dirigentes, órgãos sociais, clubes, treinadores, atletas e árbitros da região de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

“Saudação

Aniversário do Grupo Desportivo Independente

Fundado em 1956, o Grupo Desportivo Independente, celebrou no passado dia 15 de maio o seu aniversário.

A coletividade celebrou 66 anos de dinamização cultural e desportiva, e de contributo para a promoção do bem-estar da comunidade no concelho de Setúbal.

São 66 anos de dedicação e resiliência.

O Grupo Desportivo Independente, foi e é a casa de muitos atletas das demais modalidades, tais como, o taekwondo, o futebol e o atletismo, é o palco para a expressão artística e

promoção da cultura, seja através da sua participação nas marchas populares de Setúbal, ou na organização e colaboração para a apresentação de peças de teatro, e é o espaço para o convívio e para a promoção de atividades que contribuem para a promoção do bem-estar intergeracional da comunidade.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista, reunidos em reunião de câmara a 18 de maio de 2022, reconhecendo a importância das coletividades, enquanto atores de promoção do bem-estar da comunidade, na dinamização de atividades de âmbito cultural e desportivo, felicitam e saúdam o Grupo Desportivo Independente, bem como todos os dirigentes, membros dos órgãos sociais, treinados, atletas, e todos aqueles que de alguma forma contribuem para a atividade da coletividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

A Sra. Vereadora Sónia Martins Leu a seguinte saudação sobre 66.º aniversário do Grupo Desportivo Independente, conforme documento anexo registado sob o n.º 16.

*“Saudação
66.º aniversário do Grupo Desportivo Independente*

O Grupo Desportivo Independente assinalou, no passado dia 15 de maio, os 66 anos da sua fundação, um importante dinamizador do associativismo da nossa cidade, mas em particular, da Freguesia de São Sebastião.

A atividade do Grupo Desportivo Independente tem-se pautado, ao longo destas seis décadas de existência, por uma dedicação ímpar junto de todos os seus associados.

O PSD saúda o Grupo Desportivo Independente e deseja que continue o seu trabalho em prol do associativismo da nossa cidade, pelo que propomos esta saudação e o envio da mesma à Direção do Clube”.

Sr. Vereador Joel Marques – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Titina Rodrigues, conforme documento anexo registado sob o n.º 17:

*“Voto de Pesar
Falecimento de Titina Rodrigues*

Faleceu, no passado dia 6 de maio em Setúbal, Titina Rodrigues, cantora cabo-verdiana, considerada uma das principais vozes de Cabo Verde, vítima de doença prolongada.

Nasceu no Mindelo, ilha cabo-verdiana de São Vicente, a 3 de dezembro de 1974, sendo nesse dia atualmente comemorado o Dia Nacional da Morna.

Subiu aos palcos pela primeira vez com apenas com 12 anos, num espetáculo no cinema Eden Park, na sua cidade Mindelo e gravou pela primeira vez, aos 14 anos, “Estanhadinha”, de Frank Cavaquinho. Gravou ao longo dos anos diversos discos.

Em 2014, contou em entrevista, que quando era criança o seu pai levava-a para a casa de B. Leza, um dos maiores compositores de Cabo Verde, para aprender a ler e a escrever, experiência que teve com certeza grande impacto e influência no seu gosto pela música.

Foi ainda condecorada, em 2006, pelo Governo de Cabo Verde pela sua contribuição para a cultura do país.

Imortalizou as mornas de B. Leza, e fica sem dúvida, ela agora, imortalizada pelo seu talento inconfundível, a sua carreira, história e contributo cultural.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família, amigos e a todos os que sentem profundamente a sua ausência, sentidas condolências”.

O senhor Vereador Joel Marques solicitou ao senhor Presidente que se fizesse um minuto de silêncio.

Senhor Presidente disse para se fazer um minuto de silêncio.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Presidente – Disse que como sabiam, quando tinha tomado conhecimento de que a Câmara Municipal não tinha um encarregado da proteção de dados, tomou a iniciativa de fazer um despacho de nomeação de um dirigente da Câmara Municipal para esse efeito. Cumprindo, naturalmente a lei, tinha ficado de trazer à primeira reunião da câmara, a seguir a esse despacho, para que a câmara pudesse fazer a ratificação do despacho, porque assim a lei o determinava, que cabia à Câmara Municipal a nomeação do encarregado. Entretanto, tinha ido aprofundar aquela questão de quem é que tinha características, nos termos do regulamento nacional da proteção de dados, quem é que tinha, ou podia ter, características para ser nomeado para encarregado, naquele caso municipal, da proteção dos dados.

Foi conhecer coisas que ainda não conhecia, aprofundar conhecimento sobre aquelas questões. Uma primeira questão que tinha verificado, era que muito poucas autarquias tinham um encarregado de proteção de dados. Mas essa não era a questão mais importante. O que era um facto é que desde 2018 que a lei estabelecia que as instituições públicas, ou as entidades públicas, deviam ter encarregados de proteção de dados.

Perante tudo aquilo que tinha visto, até falando com alguns juristas, havia uma dúvida que persistia. Dizia-se que não podia haver conflito de interesses, de quem era nomeado para encarregado da proteção de dados, com as funções que desempenhava na instituição, no organismo. Naquele caso, quem tinha sido nomeado tinha sido o senhor Diretor das Finanças e da Administração Geral da Câmara Municipal. Na sua interpretação, aquelas funções ou aquele cargo poderia gerar conflito de interesses com as suas funções, e ao ser nomeado para encarregado, haveria conflito de interesses. Mas parecia que nem todos entendiam dessa forma, por exemplo da Direção-Geral das Autarquias Locais que tinha nomeado para encarregado da proteção de dados o Diretor de Informática. O Tribunal de Contas tinha nomeado para encarregado de dados, o Presidente da Direção de Informática. Perante isso pediu à Comissão Nacional para a Proteção de dados, uma ajuda. Até ao momento não tinham tido resposta, mas também admitia que não fosse fácil.

Portanto, na sua opinião tinham de continuar a aprofundar aquela questão. A questão do conflito de interesses tinha de ficar bem esclarecida, já que iam nomear um encarregado da proteção de dados na Câmara Municipal de Setúbal, que ficasse bem claro que não haveria conflito de interesses. Havia uma possibilidade também que era, no caso da Câmara Municipal, de fazer uma prestação de serviços com uma entidade para exercer essas funções. Mas isso levantava algumas questões já identificadas, que era quando houvesse um conflito entre uma interpretação, ou uma orientação do responsável do encarregado de proteção de dados e que tivesse de ir a tribunal, e estivesse em causa quem o tinha contratado, podia levantar-se aí um conflito de interesses.

Portanto, tinha trazido a proposta de nomeação e de ratificação do despacho, que estava ali na ordem de trabalhos. A questão que colocava era se retirava a proposta e se aguardava que houvesse um melhor esclarecimento, para poderem depois nomear um encarregado da proteção de dados, ou mantinham aquela nomeação, mas que aquele dirigente, porque no fundo era um dirigente da Câmara Municipal, ficaria com aquela nomeação, mas com um objetivo determinado de acompanhar a entidade, a empresa, que na semana seguinte seria escolhida, de entre os candidatos, para serem contratados, para fazerem a avaliação, o estudo, e uma proposta de regulamento de proteção de dados na Câmara Municipal e, portanto, sendo assim, aquele encarregado teria as funções, ou a responsabilidade de acompanhar essa entidade no desenvolvimento do trabalho que iria ter na Câmara Municipal. Era preciso fazer um levantamento das várias situações que precisassem de vir a ser consideradas e, portanto, isso ia levar uns meses a fazer esse trabalho, de acordo com a experiência que também tinham avaliado e, portanto, mantinham essa nomeação, mas com um objetivo muito claro, e que ficaria na deliberação de aquele encarregado de proteção de dados ser o interlocutor privilegiado com aquela empresa e que, entretanto, no aprofundamento também das características que devia ter o encarregado da proteção de dados, poderem vir depois a nomear em definitivo, esse encarregado.

A questão que quis colocar era aquela, e quis colocá-la no período antes da ordem do dia, em que pudessem, se assim o entendessem, ver se aquele poderia ser um caminho ou se teriam

outro que pudessem avaliar e depois quando chegasse a altura da ordem de trabalhos poderem votar a proposta em conformidade com aquilo que decidissem.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha algumas considerações a fazer sobre aquele assunto, até porque era uma matéria com a qual já tinha trabalhado muito de perto. A primeira consideração que quis deixar era que aquele assunto não era de todo desconhecido àquela Câmara Municipal, porque no dia 25 de junho de 2021, na Assembleia Municipal, o deputado municipal Paulo Calado, que por acaso até estava ali naquele dia, a propósito daquilo que tinha acontecido na Câmara de Lisboa questionou e como tinha dito o senhor Presidente, a maioria dos municípios não tinham um encarregado de proteção de dados nomeado. Considerava que não era argumento porque se deviam pautar pelos bons exemplos e não pelos maus exemplos, mas tinha perguntado ali o Vereador Paulo Calado, se a Câmara de Setúbal, tendo em conta que havia uma grande percentagem de câmaras municipais sem terem encarregado de proteção de dados, se já o tinha feito e a resposta que tinha sido dada tinha sido: *"A Câmara tem digitado o encarregado da proteção de dados, nem sei exatamente precisar se é o Diretor do Departamento de Administração e Finanças se é a chefe da Divisão de Informática"*, portanto, intervenção do Vice-Presidente da Câmara. Só para deixar nota que aquela era uma questão que não era desconhecida, até porque no site da Câmara Municipal, constava há bem pouco tempo que o encarregado de proteção de dados do município era a própria Câmara, o que também incorria num conflito de interesses. A propósito daquilo que o senhor Presidente tinha perguntado e do parecer que tinha enviado à Comissão Nacional de Proteção de Dados, era que a Comissão Nacional de Proteção de Dados tinha emitido uma série de pareceres, fruto de um grupo de trabalho que tinha sido constituído ao abrigo do artigo 29.º da Diretiva 95/46/CE. Tratava-se de um órgão consultivo europeu, independente em matéria de proteção de dados e privacidade, que tinha emitido um relatório que tinha a última redação a 5 de abril de 2017, e que tinha uma série de orientações sobre o encarregado de proteção de dados: funções, atribuições, responsabilidades e um dos pontos referia-se ao conflito de interesses. E para a CNPD era claro que havia conflito de interesses em determinados cargos, como, por exemplo, Diretor Executivo, Diretor de Operações, Diretor Financeiro, Diretor do Departamento Médico, Diretor de Marketing, Diretor dos Recursos Humanos ou Diretor Informático. Portanto, na página 19 daquele documento, talvez a CNPD, por isso também demorasse um bocadinho mais a responder, uma vez que já tinham feito aquele trabalho, e que bastava irem consultar, referia ali claramente essa questão. Não sabia se tinha oportunidade de ler aquele relatório, os documentos que estavam disponíveis no site da CNPD, portanto, não tinha tido acesso a nenhuma informação privilegiada, estava disponível para todos eles e, portanto, achava que a questão ficava respondida. Quando era a própria CNPD que vinha dizer que aquelas funções incorriam num conflito de interesses, parecia-lhe que tinham que se precaver, porque estavam sujeitos a uma multa de milhões, pelo facto de estarem há não sei quantos anos sem um encarregado de proteção de dados e presentemente iam ter, por tempo indeterminado, porque não sabiam quanto tempo ia durar um novo EPD que ia contra aquilo que eram as orientações e as boas práticas da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Portanto, da qualidade que se reconhecia dos trabalhadores da Câmara Municipal, pensava que, com certeza, que de entre os serviços haveria alguém com as condições de exercer aquela função, e que não entrasse ali no conflito de interesses que a CNPD lhes trazia. Terminou dizendo que havia uma prática, e o senhor Presidente já tinha referido que recorrer a uma empresa externa, também para ajudar naquelas matérias e humildemente, deixava ali uma proposta sua, que era, havia uma série de ações de sensibilização, que se faziam junto dos trabalhadores, quer em empresas privadas, quer em institutos públicos, e achava que era importante, tendo em conta a natureza dos dados que uma câmara municipal tratava, haver ações de sensibilização junto dos trabalhadores. Até porque era uma boa forma, também de irem consumindo as horas de formação, a que cada um tinha direito e, portanto, deixou aquela proposta.

Naquele sentido, considerava que não havia margem para nomearem ali um encarregado de proteção de dados, a CNPD considerava que existia conflito de interesses.

Sr. Presidente – Disse que agradecia muito os esclarecimentos da senhora Vereadora, mas aquilo que a senhora Vereadora tinha lido, também tinha tido oportunidade de ler. Podia haver outros documentos e era isso que esperava, que houvesse clarificação.

Tinha dito que estava disponível para, se os senhores vereadores assim o entendessem, retirar a proposta e aguardar aprofundamento daquela matéria, para a nomeação do encarregado de proteção de dados, ou aquela outra possibilidade, que até achava que poderia vir a ajudar, que era a de manterem aquela nomeação, mas com aquela especificidade de acompanhar o trabalho que essa entidade, empresa, viria a desenvolver, que era um trabalho abrangente, era um trabalho que naturalmente, haveria de passar pelos vários serviços, na identificação daquilo que cada serviço fazia, e até algumas vezes daquilo que cada funcionário fazia, no sentido de identificar aquilo que ficava sobre referência, no que dizia respeito à proteção de dados e até à elaboração do regulamento.

Relativamente à primeira questão que tinha levantado, tinha dado uma resposta relativamente à pergunta que tinha sido feita.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não tinha sido o senhor Presidente, tinha sido o Vice-Presidente da Câmara de então, Manuel Pisco.

Sr. Presidente – Pediu desculpa, pensava que tinha sido ele.

Quando tinha ouvido a senhora Vereadora tinha pensado que a senhora Vereadora estava a dizer que ele teria dito ...

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que não, tinha sido em 25 de junho de 2021, Assembleia Municipal.

Sr. Presidente – Disse que não tinha conhecimento, porque nos últimos 4 anos não tinha estado na Câmara Municipal.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que tinha sido na Assembleia Municipal. Perguntou se o senhor Presidente não era o Presidente da Assembleia Municipal nessa altura?

Sr. Presidente – Disse que sim, mas havia muita coisa que passava e não registava. Se calhar, esse era um assunto de muita importância e de muito interesse, mas sinceramente não tinha registado. Mas a questão, para ele era que achava que a Câmara Municipal Setúbal devia desenvolver todos os esforços, no sentido de cumprir a lei, no que dizia respeito a ter um regulamento municipal de proteção de dados e a ter um encarregado de dados. Era preciso que alguém lhes dissesse e os esclarecesse, que características é que devia ter esse encarregado. A senhora Vereadora tinha acabado de ler uma coisa que já tinha lido, e que dizia que nem o Diretor Financeiro podia ser, mas o Diretor de Informática também não podia, estava escrito. Não tinha sido por acaso que também tinha referido que o Tribunal de Contas e que a Direção-Geral das Autarquias Locais tinham exatamente responsáveis da área da informática.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que por isso é que a Comissão Nacional de Proteção de Dados, infelizmente, não tinha capacidade para atuar de imediato, mas era por isso, que aquela comissão aplicava elevadíssimas multas. Nada garantia ao senhor Presidente, que o Tribunal de Contas ou a Direção-Geral das Autarquias Locais não viessem a incorrer numa coima. Aquilo que dizia era que, estavam ali a questionar que não sabiam quais eram as funções do EPD, não sabiam uma série de coisas, quando havia um documento de um grupo de trabalho, que dava resposta a tudo isso.

Não conseguia compreender como é que a Comissão Nacional de Proteção de Dados tinha emitido um documento e eles continuavam a questionar sobre o documento que a Comissão tinha produzido. Isso é que não conseguia compreender, arranjando sempre desculpa que “a” ou que “b”, faziam de forma diferente, de acordo com aquilo que eles até queriam fazer. Voltou a frisar, a questão ali não era a pessoa, não estava em causa a pessoa, estava em causa o cargo. Não acreditava que nos funcionários todos da Câmara Municipal, não existisse alguém, fora daqueles cargos que estavam ali referidos que pudesse desempenhar aquele papel. Com certeza que haveria, achava que sinceramente, estavam mais uma vez a colocarem-se a jeito, porque não sabiam o que ia vir da CNPD, como consequência daquilo que não tinha sido feito naqueles anos e, como sabia, as multas eram muito pesadas, e eles não tinham condições para as pagar. Sabia muito melhor do que ela que não tinham 10 milhões de euros para pagar à CNPD.

Sr. Presidente – Disse que a senhora Vereadora dizia que estava “clarinho como água”, as palavras eram suas, na sua interpretação, no documento que a senhora tinha lido. Também já tinha lido esse documento, e não tinha sido o único, e as dúvidas permaneciam, e não era só porque aí dizia, claramente, que não devia ser “este ou aquele ou aqueloutro”, mas faltava saber, na sua opinião, e não só na sua, era necessário explicitar melhor as características que devia ter. Quando tinha feito o despacho da nomeação do senhor Diretor Financeiro para o cargo, não tinha lido esse documento. Como era óbvio, se tivesse lido esse documento, não o tinha nomeado, mas a seguir, foram-se levantando algumas questões, e às tantas, esse documento chegou-lhe e teve oportunidade de o ler. O que dizia, era que, para si, não era assim tão claro. E não era só para ele, até para alguém muito mais habilitado nessa matéria do que ele.

Tinha deixado clara na sua intervenção, se os senhores vereadores chegassem à conclusão que era para retirar a proposta, não havia nomeação, e iam fazer uma nomeação, naturalmente, continuando a aprofundar aquele trabalho, com os nossos juristas e com outras pessoas, que pudessem dar contributos e, numa próxima reunião da câmara, levariam ali uma proposta que, pelo menos, estivesse mais próxima daquilo que estava expresso naquele documento que tinha referido. Ou então, como tinha dito, aquela nomeação seria a pessoa que teria uma ligação direta àquela empresa, e que acompanharia todo o trabalho que a entidade que fosse contratada ia desenvolver na Câmara Municipal de Setúbal, nos próximos meses. Aquela era a sua proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquela proposta ou aquela discussão vinha evidenciar precisamente o contrário daquilo que tinha acabado de dizer, na discussão dos vários assuntos que tinham trazido àquela câmara. É que, contrariamente àquilo que tinha dito, a negociação só devia ser feita quando entendessem, e o diálogo só devia ser feito quando entendessem com os vereadores que não estavam com pelouro e a tempo inteiro na Câmara Municipal de Setúbal, não era assim. Diziam os princípios básicos da negociação, que as portas deviam estar sempre abertas, e que o diálogo devia ser sempre permanente. Portanto, se precisassem de estar mais um dia ou dois à espera, bastava terem ali alguns minutos para perceber que a realidade política, presentemente, em Setúbal era outra que, nesse sentido era necessário irem caminhando, com as divergências deles, mas sempre na tentativa de alcançar os necessários consensos.

Não estava em causa, obviamente, nem para eles e certamente nem para nenhum dos presentes, o Dr. Paulo Hortênsio, que tinha sido nomeado e, portanto, o Dr. Paulo Hortênsio já tinha dito da última vez, que tinham abordado o tema, tinha as qualidades profissionais, e os conhecimentos para exercer, tinha a capacidade exercer essas funções, não era isso que estava em causa.

O senhor Presidente tinha levantado ali questões, os senhores vereadores do PSD também ali tinham colocado questões que eram pertinentes, e que eles também tinham para levantar, se conseguia garantir a inexistência de conflito de interesses. Mas, efetivamente, havia algo que tinha que ser ali colocado. Tinha sido o senhor Presidente que tinha feito a nomeação,

não tinham sido os vereadores do Partido Socialista, nem tinham sido os vereadores do PSD, que tinham feito essa nomeação. Essa nomeação tinha sido feita pelo senhor Presidente, e essa nomeação tinha-lhes sido trazida, naquele dia ali a reunião da câmara, para ser ratificada. Face às questões que tinham sido levantadas, algumas delas, até pelo senhor Presidente que tinha sido o autor do despacho. Portanto, tinha dúvidas sobre um despacho que tinha feito, e não sabia se havia de tirar o despacho, onde se havia de manter esse despacho, essa proposta, ali em reunião de câmara. Pensava que só restava, ao senhor Presidente, tirar uma conclusão, não seriam os vereadores, pelo menos os vereadores do Partido Socialista não iriam tirar essa conclusão. Se o senhor Presidente tinha chegado à conclusão, e pensava que tinha chegado a essa conclusão, que não estavam em condições de votar ali essa proposta, tinha um caminho que era retirar essa proposta e, portanto, tomava essa decisão. Não podia era estar a colocar sobre os vereadores, e falava pelos vereadores do Partido Socialista, o ónus de uma retirada de uma proposta, que tinha sido criada pelo senhor Presidente, porque tinha sido o senhor Presidente que tinha feito essa nomeação. Tinha sido o senhor Presidente que tinha feito essa nomeação, e que agora vinha ali a reunião de câmara dizer que tinha dúvidas sobre aquilo que tinha feito. Portanto, se o senhor Presidente tinha dúvidas, e essas dúvidas eram legítimas, devia as ter tido antes de assinar esse despacho, mas sabiam que as coisas eram dinâmicas, a pressão da comunicação social tinha levado a que se fizesse essa nomeação. Podia ter encontrado outro caminho, como tinha acontecido no passado, chamado os vereadores para numa reunião à porta fechada, uma reunião privada, falarem todos sobre o assunto, se calhar, na altura a Vereadora Sónia Martins, as questões que estava naquele dia a levantar, em reunião pública, teria levantado em reunião privada, eles também teriam levantado as suas questões e, teriam evitado que a nomeação de um encarregado de proteção de dados, se fosse isso e parecia-lhe a ele e aos vereadores do Partido Socialista, que seria isso que iria resultar dali, que ia ser retirado, lá estaria mais uma manchete para os jornais, a dizer que, afinal, o encarregado que tinha sido nomeado, já não tinha sido nomeado. Eram situações que não abonavam em nada para o bom nome da nossa autarquia, mas eles acompanhavam a decisão do senhor Presidente. Se a decisão do senhor Presidente, e já tinham percebido que seria de retirar aquela proposta acompanhavam, porque as dúvidas que naquele dia tinha trazido ali eram legítimas e pertinentes, tal como as dúvidas que tinham sido levantadas, e que eles também tinham naquele dia para colocar.

Portanto, acompanhavam, estavam lado a lado e disponíveis, como tinha dito o senhor Vereador Vítor Ferreira há pouco, seu amigo e camarada de partido, para lhe dizer de olhos nos olhos, que eles estavam disponíveis para reunir, não era quando os senhores entendessem, estavam disponíveis para reunir sempre, de portas abertas, em diálogo, para irem rumo ao futuro.

Sr. Presidente – Dissê que agradecia a solidariedade do senhor Vereador, na resolução de um problema, tão complicado, tão complexo. Eram problemas complexos e não estavam assim tão clarificados como isso porque senão a administração e as autarquias naquele país já tinham dado um passo, ninguém estava disponível, a senhora Vereadora disse ali, que estava sujeito a pagar 10 milhões de euros. Não tinha ideia nenhuma que as autarquias do país estivessem disponíveis para pagar 10 milhões de euros, porque tinham entendido que não deviam nomear, não deviam cumprir a lei. Da parte deles, o que dizia era que logo que tinha sabido que a câmara não tinha um encarregado dados, apressou-se naturalmente, a fazer um despacho para a nomeação de um encarregado de dados, no sentido exatamente de que não estar sujeito a qualquer situação que não fosse do cumprimento da lei, dentro daquilo que eram as condições que tinha para o fazer. Portanto, tinha trazido ali também aquela questão de uma forma clara, aberta, para colocar aos senhores vereadores. Uma vez era porque estavam de porta aberta, outras vezes era porque nem tanto. Mas pronto, era assim, agradecia de facto, aquela solidariedade.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que queria dar um esclarecimento jurídico, porque pensava que era relevante. Independentemente das razões que todos compreendiam, de diligência da nomeação daquela pessoa em particular, do Diretor Financeiro, como ali tinha sido explicado, era um claro conflito de interesses e haveria sempre possibilidade de nomear outra pessoa que não estivesse naquela situação, ou até um terceiro externo à própria Câmara Municipal.

De todo o modo, como dizia a senhora Vereadora, às vezes parecia que era ele que trazia sempre aquelas más notícias, quis só lembrar que o facto de não ratificarem aquele ato, significava que ele ficava sem validade, ou seja, se eles o aprovassem eles tomavam como deles o ato de nomeação do encarregado, não o fazendo, fosse porque era retirada, fosse porque era recusada essa proposta, todos os atos que eventualmente tivessem sido tomados, ficavam sem validade.

Quis lembrar isso, porque, às vezes, tinham de ter cuidado com aquelas coisas. Aquilo tinha só a ver com uma cautela jurídica, não tinha nada de político, eram coisas objetivas.

Sr. Presidente – Disse que agradecia o contributo do senhor Vereador. Achava que deviam ponderar bem a decisão que iriam tomar a seguir.

Disse que tendo em conta que se justificava iam interromper a reunião por 5 minutos, para poderem avaliar aquele ponto.

A reunião voltou a ser retomada.

Sr. Presidente – Disse que, depois daquela pequena interrupção, iam retomar a reunião e que queria dizer, para concluir o ponto que tinha sido levantado no final do período antes da ordem do dia, sobre a nomeação do encarregado para a proteção dos dados, que tinham concluído, face ao debate e às questões que tinham sido colocadas, que iam retirar a proposta da ordem de trabalhos e continuar a trabalhar no sentido de nomear, o mais rapidamente possível, um encarregado da proteção de dados que estivesse mais em consonância com aquele documento que a Sra. Vereadora Sónia Martins tinha referido.

O Sr. Presidente disse que, então, terminavam ali o período de antes da ordem do dia e passavam à ordem do dia.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que aquilo fazia parte da ordem do dia, estava no ponto 4: *“Designação do encarregado de proteção de dados – Ratificação de despacho.”*

Sra. Presidente – Disse à senhora vereadora que tinha querido trazer aquela discussão ao período de antes da ordem do dia, no sentido de, quando fosse a apreciação da proposta, já houvesse uma clarificação sobre o assunto.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 02A/2021- Reunião extraordinária de 18 de outubro de 2021

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 09A/2021- Reunião ordinária de 15 de dezembro de 2021

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto de Ata n.º 10A/2021- Reunião extraordinária de 21 de dezembro de 2021

O Sr. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

4. Deliberação n.º 1625/2022 – Proposta n.º 13/2022 – GAP – Designação de Encarregado de Proteção de Dados – Ratificação de Despacho – RETIRADA

Sr. Presidente – Disse que, como já tinha dito [no debate ocorrido no período antes da ordem do dia], retiravam a proposta, para dar seguimento ao assunto com toda a urgência, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 18 e 19.

5. Deliberação n.º 1626/2022 – Proposta n.º 1202/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Contrato de Gestão de Eficiência Energética, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, destinado à implementação de medidas de melhoria de eficiência no sistema de iluminação pública no município de Setúbal - Adicional

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 20 a 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 1627/2022 – Proposta n.º 1204/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público para a Prestação de Serviços de Seguros para os Ramos de acidentes de trabalho, multirriscos, automóvel, marítimo casco, equipamento eletrónico e responsabilidade civil, pelo período de 24 meses – Adjudicação - Concurso Público n.º 30/2021/DAF/DICOMP/SECOMP

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 24 a 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 1628/2022 – Proposta n.º 1205/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 65 – 5.º Esq., em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, de acordo com aquilo que tinha sido prática nas últimas reuniões, propunha que votassem do ponto 7 ao ponto 126, caso o Sr. Presidente estivesse de acordo e a bancada do Partido Socialista também.

Sr. Presidente – Disse que agradecia à senhora vereadora e aos senhores vereadores do Partido Socialista e iria submeter a votação as propostas do ponto 7 ao ponto 126 da ordem de trabalhos.

O Sr. Presidente submeteu a votação as propostas do ponto 7 ao ponto 126 da ordem de trabalhos, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 2013/2022 – Proposta n.º 1454/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua da Misericórdia, n.º 14 – 2.º, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31 (ver ponto 7).

**9. Deliberação n.º 1630/2022 – Proposta n.º 1207/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência –
Rua da Camarinha, n.º 36 – 3.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 32 (ver ponto 7).

**10. Deliberação n.º 1631/2022 – Proposta n.º 1208/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Brejos Pequenos, n.º 11, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 33 (ver ponto 7).

**11. Deliberação n.º 1632/2022 – Proposta n.º 1209/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Vale Ana Gomes, Lote 163, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 34 (ver ponto 7).

**12. Deliberação n.º 1633/2022 – Proposta n.º 1210/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua das Tortinhas, Lote 65, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 35 (ver ponto 7).

**13. Deliberação n.º 1634/2022 – Proposta n.º 1211/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua de Aljubarrota, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36 (ver ponto 7).

**14. Deliberação n.º 1635/2022 – Proposta n.º 1212/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Casal do Poço da Rasca – Vale da Rasca, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37 (ver ponto 7).

**15. Deliberação n.º 1636/2022 – Proposta n.º 1213/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 91 – 4.º Esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 38 (ver ponto 7).

**16. Deliberação n.º 1637/2022 – Proposta n.º 1214/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 - C/VN4, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 7).

**17. Deliberação n.º 1638/2022 – Proposta n.º 1215/2022 – DAF/DICONT/SERGEP
– Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência
– Rua dos Quatro Caminhos, n.º 10 – 1.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 7).

**18. Deliberação n.º 1639/2022 – Proposta n.º 1216/2022 – DAF/DICONT/SERGEP –
Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua
Gonçalves Zarco, n.º 4 – 8.º Frt., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 7).

19. Deliberação n.º 1640/2022 – Proposta n.º 1217/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Brejos de Capitão, n.ºs 12 e 12 - A, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 7).

20. Deliberação n.º 1641/2022 – Proposta n.º 1218/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Várzea ou Vinha da Feira, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 7).

21. Deliberação n.º 1642/2022 – Proposta n.º 1219/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Transversal à Rua da Renovação, n.º 39, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 7).

22. Deliberação n.º 1643/2022 – Proposta n.º 1220/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 6 – 6.º, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 7).

23. Deliberação n.º 1644/2022 – Proposta n.º 1221/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Antão Girão, n.ºs 53, 55, 57, 59 e 61, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 7).

24. Deliberação n.º 1645/2022 – Proposta n.º 1222/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Luís Furtado, n.º 5 - R/C Esq. Bloco C, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 7).

25. Deliberação n.º 1646/2022 – Proposta n.º 1223/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Timor, n.º 4 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 7).

26. Deliberação n.º 1647/2022 – Proposta n.º 1224/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ribeira do Marchante, Brejos de Azeitão, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 7).

27. Deliberação n.º 1648/2022 – Proposta n.º 1225/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Ribeira do Marchante, Brejos de Azeitão, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 7).

28. Deliberação n.º 1649/2022 – Proposta n.º 1226/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Capitão José Pacheco, n.ºs 5 e 5A - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 51 (ver ponto 7).

29. Deliberação n.º 1650/2022 – Proposta n.º 1227/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua D, lote 22 - Choilo - Urbanização das Galeotas, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 52 (ver ponto 7).

30. Deliberação n.º 1651/2022 – Proposta n.º 1228/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Xarafe, n.º 13, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 53 (ver ponto 7).

- 31. Deliberação n.º 1652/2022 – Proposta n.º 1229/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lúcia da Encarnação Maracoto, n.º 19 – 5.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 54 (ver ponto 7).

- 32. Deliberação n.º 1653/2022 – Proposta n.º 1230/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Choilo ou Vale de Cães, Lote 203, em Azeitão**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55 (ver ponto 7).

- 33. Deliberação n.º 1654/2022 – Proposta n.º 1231/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Amílcar Cabral, n.º 7 – 6.º D, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56 (ver ponto 7).

- 34. Deliberação n.º 1655/2022 – Proposta n.º 1232/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida D. João II, n.ºs 14, 14-A e 14-B - R/C esq., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 57 (ver ponto 7).

- 35. Deliberação n.º 1656/2022 – Proposta n.º 1233/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa dos Maçaricos, n.º 1 - Moradia 1, em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 58 (ver ponto 7).

- 36. Deliberação n.º 1657/2022 – Proposta n.º 1234/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Diogo Cão, n.º 14 – 2.º Dto., em Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59 (ver ponto 7).

37. Deliberação n.º 1658/2022 – Proposta n.º 1235/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Brejos Pequenos, Lote 102, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60 (ver ponto 7).

38. Deliberação n.º 1659/2022 – Proposta n.º 1236/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Minas da Borralha, n.º 10 – 2.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61 (ver ponto 7).

39. Deliberação n.º 1660/2022 – Proposta n.º 1237/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Jaime Cortesão, n.º 79 – 6.º E, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62 (ver ponto 7).

40. Deliberação n.º 1661/2022 – Proposta n.º 1238/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 63 (ver ponto 7).

41. Deliberação n.º 1662/2022 – Proposta n.º 1239/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frederico Franco Paiva, n.º 41, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 64 (ver ponto 7).

42. Deliberação n.º 1663/2022 – Proposta n.º 1240/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 33 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65 (ver ponto 7).

43. Deliberação n.º 1664/2022 – Proposta n.º 1241/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Fernando Santos, n.º 84 - Bloco 3 – 5.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66 (ver ponto 7).

44. Deliberação n.º 1665/2022 – Proposta n.º 1242/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Outeiro da Saúde, n.º 3 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67 (ver ponto 7).

45. Deliberação n.º 1666/2022 – Proposta n.º 1243/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 64 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 68 (ver ponto 7).

46. Deliberação n.º 1667/2022 – Proposta n.º 1244/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Poeta Bocage, n.ºs 4, 6 e 8 – 3.º Dto., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69 (ver ponto 7).

47. Deliberação n.º 1668/2022 – Proposta n.º 1245/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Outeiro da Saúde, n.º 3 - S/CV, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70 (ver ponto 7).

48. Deliberação n.º 1669/2022 – Proposta n.º 1246/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lourenço Ferreira, Lote 69, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71 (ver ponto 7).

49. Deliberação n.º 1670/2022 – Proposta n.º 1247/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei Agostinho da Cruz, n.ºs 21 e 23, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72 (ver ponto 7).

50. Deliberação n.º 1671/2022 – Proposta n.º 1248/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Das Águias, n.º 1 – 1.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 7).

51. Deliberação n.º 1672/2022 – Proposta n.º 1249/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Olavo Bilac, n.º 6 – 5.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 7).

52. Deliberação n.º 1673/2022 – Proposta n.º 1250/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 75 (ver ponto 7).

53. Deliberação n.º 1674/2022 – Proposta n.º 1251/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76 (ver ponto 7).

54. Deliberação n.º 1675/2022 – Proposta n.º 1252/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Pero da Covilhã, n.º 9 – 4.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 7).

55. Deliberação n.º 1676/2022 – Proposta n.º 1253/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Hermínio Cunha, n.º 1 – 5.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 78 (ver ponto 7).

56. Deliberação n.º 1677/2022 – Proposta n.º 1254/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Av. Quinta da Amizade, n.º 35, tornejando para a Rua dos Marmeleiros, n.º 16 - R/C A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 7).

57. Deliberação n.º 1678/2022 – Proposta n.º 1255/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Cinco de Outubro, n.º 27 – 1.º E, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 7).

58. Deliberação n.º 1679/2022 – Proposta n.º 1256/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Feia ou Quinta Gonçalo José, Estrada de Palmela, Lote 3 - Armazém n.º 5, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 7).

59. Deliberação n.º 1680/2022 – Proposta n.º 1257/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 50 – 2.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 82 (ver ponto 7).

60. Deliberação n.º 1681/2022 – Proposta n.º 1258/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lázaro Lozano, n.º 15 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 83 (ver ponto 7).

61. Deliberação n.º 1682/2022 – Proposta n.º 1259/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta de Jorge Afonso, n.º 10 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 84 (ver ponto 7).

62. Deliberação n.º 1683/2022 – Proposta n.º 1260/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Paula Borba, n.ºs 39 a 47 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 7).

63. Deliberação n.º 1684/2022 – Proposta n.º 1261/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Rua Afonso de Albuquerque, lote 23 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 7).

64. Deliberação n.º 1685/2022 – Proposta n.º 1262/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Oleiros, Lote 2, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 7).

65. Deliberação n.º 1686/2022 – Proposta n.º 1263/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Travessa da Linha - Curvas, Quinta do Meio, n.ºs 24 e 26, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 88 (ver ponto 7).

66. Deliberação n.º 1687/2022 – Proposta n.º 1264/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de São Filipe, n.º 5 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 89 (ver ponto 7).

67. Deliberação n.º 1688/2022 – Proposta n.º 1265/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Bairro Afonso Costa, Rua Afonso de Albuquerque, n.º 1 - R/C Esq. Loja A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 90 (ver ponto 7).

68. Deliberação n.º 1689/2022 – Proposta n.º 1266/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Luísa Tody, lote 81 – 2.º Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 91 (ver ponto 7).

69. Deliberação n.º 1690/2022 – Proposta n.º 1267/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 6 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 92 (ver ponto 7).

70. Deliberação n.º 1691/2022 – Proposta n.º 1268/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Escola de Brejo Clérigo, n.º 78, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 93 (ver ponto 7).

71. Deliberação n.º 1692/2022 – Proposta n.º 1269/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Carcavelos Nabais, Lote 60 - R/C Esq. Dto., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 94 (ver ponto 7).

72. Deliberação n.º 1693/2022 – Proposta n.º 1270/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António José Batista, n.º 106 – 4.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 95 (ver ponto 7).

73. Deliberação n.º 1694/2022 – Proposta n.º 1271/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Senhor Jesus dos Aflitos, n.º 27 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 96 (ver ponto 7).

74. Deliberação n.º 1695/2022 – Proposta n.º 1272/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua das Laranjeiras, n.º 6 - Brejos de Azeitão, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 97 (ver ponto 7).

75. Deliberação n.º 1696/2022 – Proposta n.º 1273/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Luciano de Carvalho, n.º 2 – 6.º A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 98 (ver ponto 7).

76. Deliberação n.º 1697/2022 – Proposta n.º 1274/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Loteamento Nova Imagem, Bela Vista, Cevedeira, Avenida Joaquim Campos - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 99 (ver ponto 7).

77. Deliberação n.º 1698/2022 – Proposta n.º 1275/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 148 – 3.º G, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 100 (ver ponto 7).

78. Deliberação n.º 1699/2022 – Proposta n.º 1276/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida dos Melros, Lote 1, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101 (ver ponto 7).

79. Deliberação n.º 1700/2022 – Proposta n.º 1277/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Oliveira Martins, n.º 19 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102 (ver ponto 7).

80. Deliberação n.º 1701/2022 – Proposta n.º 1278/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Alecrim, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103 (ver ponto 7).

81. Deliberação n.º 1702/2022 – Proposta n.º 1279/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua de Damão, n.º 4 – 7.º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104 (ver ponto 7).

82. Deliberação n.º 1703/2022 – Proposta n.º 1280/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida de Angola, n.º 18 – 6.º Esq. (norte), em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105 (ver ponto 7).

83. Deliberação n.º 1704/2022 – Proposta n.º 1281/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Vendas de Azeitão Nova Urbanização, n.º 1 - Andar C, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106 (ver ponto 7).

84. Deliberação n.º 1705/2022 – Proposta n.º 1282/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Frei António das Chagas, n.º 11 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107 (ver ponto 7).



85. Deliberação n.º 1706/2022 – Proposta n.º 1283/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gonçalves Zarco, n.º 4 - Gar. 8, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108 (ver ponto 7).

86. Deliberação n.º 1707/2022 – Proposta n.º 1284/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta da Amizade, lote 121 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109 (ver ponto 7).

87. Deliberação n.º 1708/2022 – Proposta n.º 1285/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Irene Lisboa, lote 109 – 2.º Dto., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 110 (ver ponto 7).

88. Deliberação n.º 1709/2022 – Proposta n.º 1286/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praça Olga de Moraes Sarmiento, n.º 25 – 2.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 111 (ver ponto 7).

89. Deliberação n.º 1710/2022 – Proposta n.º 1287/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Professor Carlos Baeta Neves, n.º 1 – 5.º B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 112 (ver ponto 7).

90. Deliberação n.º 1711/2022 – Proposta n.º 1288/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Nuno Alvares, n.º 11 – 7.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 113 (ver ponto 7).

91. Deliberação n.º 1712/2022 – Proposta n.º 1289/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Armando Setúbal Lopes, n.º 6 – 1.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 114 (ver ponto 7).

92. Deliberação n.º 1713/2022 – Proposta n.º 1290/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 105 – 6.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115 (ver ponto 7).

93. Deliberação n.º 1714/2022 – Proposta n.º 1291/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Carmo, n.º 19 - M- 19, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116 (ver ponto 7).

94. Deliberação n.º 1715/2022 – Proposta n.º 1292/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Ilha da Madeira, n.º 3 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117 (ver ponto 7).

95. Deliberação n.º 1716/2022 – Proposta n.º 1293/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida da República Guiné Bissau, n.º 7 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118 (ver ponto 7).

96. Deliberação n.º 1717/2022 – Proposta n.º 1294/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praias do Sado, Moradia, n.º 34, Bloco 6, Tipo 3-B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119 (ver ponto 7).

97. Deliberação n.º 1718/2022 – Proposta n.º 1295/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta João dos Santos, n.º 4 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 120 (ver ponto 7).

98. Deliberação n.º 1719/2022 – Proposta n.º 1296/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Escadinhas das Machadas, n.º 4, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 121 (ver ponto 7).

99. Deliberação n.º 1720/2022 – Proposta n.º 1297/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Lopo Homem, lote 5 – 2.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 122 (ver ponto 7).

100. Deliberação n.º 1721/2022 – Proposta n.º 1298/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua da Tebaida, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 123 (ver ponto 7).

101. Deliberação n.º 1722/2022 – Proposta n.º 1299/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124 (ver ponto 7).

102. Deliberação n.º 1723/2022 – Proposta n.º 1300/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Sá da Bandeira, n.º 5 – 1.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 125 (ver ponto 7).

103. Deliberação n.º 1724/2022 – Proposta n.º 1301/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3 – 5.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 126 (ver ponto 7).

104. Deliberação n.º 1725/2022 – Proposta n.º 1302/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua 9 de Abril, n.º 24, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 127 (ver ponto 7).

105. Deliberação n.º 1726/2022 – Proposta n.º 1303/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua João Albino, n.º 9 – 2.º J, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 128 (ver ponto 7).

106. Deliberação n.º 1727/2022 – Proposta n.º 1304/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Serra do Marão, n.º 2 A/E, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 129 (ver ponto 7).

107. Deliberação n.º 1728/2022 – Proposta n.º 1305/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Mário Sacramento, n.º 4 – 3.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 130 (ver ponto 7).

108. Deliberação n.º 1729/2022 – Proposta n.º 1306/2022 – DAF/DICONT/SERGEPE – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua nossa Senhora da Arrábida, n.º 39 - R/C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 131 (ver ponto 7).

109. Deliberação n.º 1730/2022 – Proposta n.º 1307/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Quinta do Paraíso e Avenida D. Pedro V, Lote 34-A – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 132 (ver ponto 7).

110. Deliberação n.º 1731/2022 – Proposta n.º 1308/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Palmeira Pinhal, R/C Esq., em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 133 (ver ponto 7).

111. Deliberação n.º 1732/2022 – Proposta n.º 1309/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Luísa Todí, n.º 291 - R/C Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 134 (ver ponto 7).

112. Deliberação n.º 1733/2022 – Proposta n.º 1310/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua António Aleixo, n.º 7 – 3.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 135 (ver ponto 7).

113. Deliberação n.º 1734/2022 – Proposta n.º 1311/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Engenheiro Ribeiro da Silva, n.º 14, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 136 (ver ponto 7).

114. Deliberação n.º 1735/2022 – Proposta n.º 1312/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 34 - CVG7, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 137 (ver ponto 7).

115. Deliberação n.º 1736/2022 – Proposta n.º 1313/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Bento Gonçalves, n.º 34 – 4.º C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 138 (ver ponto 7).

116. Deliberação n.º 1737/2022 – Proposta n.º 1314/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Gama Braga, n.ºs 17 e 19, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 139 (ver ponto 7).

117. Deliberação n.º 1738/2022 – Proposta n.º 1315/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. Miguel Homem de Sampaio e Melo, n.º 14 – 1.º Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 140 (ver ponto 7).

118. Deliberação n.º 1739/2022 – Proposta n.º 1316/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Carcavelos e Nabais, Lagos - Lote 27, em Azeitão

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 141 (ver ponto 7).

119. Deliberação n.º 1740/2022 – Proposta n.º 1317/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Baluarte do Socorro, n.º 1 – 2.º Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 142 (ver ponto 7).

120. Deliberação n.º 1741/2022 – Proposta n.º 1318/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 - R/C A, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 143 (ver ponto 7).

121. Deliberação n.º 1742/2022 – Proposta n.º 1319/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua José Joaquim Cabecinha, n.º 17 – CV B, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 144 (ver ponto 7).

122. Deliberação n.º 1743/2022 – Proposta n.º 1320/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 77 - R/C Esq., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 145 (ver ponto 7).

123. Deliberação n.º 1744/2022 – Proposta n.º 1321/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 1 – 4.º Frt., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 146 (ver ponto 7).

124. Deliberação n.º 1745/2022 – Proposta n.º 1322/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua Dr. António Luis Pereira de Almeida, n.ºs 7 e 7A e Parque Dr. Manuel Constantino de Goes, n.º 2 - R/C Dto., em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 147 (ver ponto 7).

125. Deliberação n.º 1746/2022 – Proposta n.º 1323/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Praceta Doutor José Romão dos Santos Ferro, Lote 29 - Piso 6 C, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 148 (ver ponto 7).

126. Deliberação n.º 1747/2022 – Proposta n.º 1324/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Manifestação prévia de intenção de exercer ou não o direito de preferência – Rua do Mormugão, n.º 32, 34, 36 e 38 – 10º D, em Setúbal

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 149 (ver ponto 7).

127. Deliberação n.º 1748/2022 – Proposta n.º 1325/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à renovação de licenciamento Microsoft Agreement, ao abrigo do acordo quadro celebrado com a ESPAP – PAQ n.º 327/2019/DINFOR-Consulta Prévia n.º 31/2019/SECOMP

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150 (ver ponto 7).

128. Deliberação n.º 1749/2022 – Proposta n.º 1326/2022 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 151 a 154, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

129. Deliberação n.º 1750/2022 – Proposta n.º 1327/2022 – DAF – Declaração CIMI

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 155, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD.

130. Deliberação n.º 1751/2022 – Proposta n.º 12/2022 – DRH – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2022, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 156, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

131. Deliberação n.º 1752/2022 – Proposta n.º 07/2022 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído – abril de 2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 157, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

132. Deliberação n.º 1753/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DOM – Empreitada CPREV 36/2020 – “Unidade de Saúde Familiar de Azeitão” - Alteração ao Projecto – Proposta Técnica de Alteração das Fundações do Edifício

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 158 e 159, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

133. Deliberação n.º 1754/2022 – Proposta n.º 21/2022 – DOM – Empreitada CPREV 15/19 – “Requalificação Acessível – Praia de Albarquel e Miradouro de Albarquel” - Libertação da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 160 e 161, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

134. Deliberação n.º 1755/2022 – Proposta n.º 22/2022 – DOM – Empreitada CPREV 16/19 – “Requalificação Acessível – Praia da Figueirinha” - Libertação da garantia

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 162 e 163, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

135. Deliberação n.º 1756/2022 – Proposta n.º 23/2022 – DOM – Empreitada CPREV 04/2022/DOM - “Obras de Recuperação Geral de Fogos” Aprovação do Relatório Final, adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 164 a 168.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que tinha uma questão que não era sobre aquela proposta em concreto, mas, enfim, relativamente àquela e a outras propostas, porque a matéria relativa à recuperação de fogos ou construção de novos fogos tinha sido apresentada, no ano anterior, pela Câmara Municipal, como prevendo-se recorrer a verbas do PRR. Era para saber se seria esse o caso daquela proposta, ou não, porque, de facto, nunca tinham falado nisso ali, que tivesse memória, e era importante saber se esse plano estava a ser executado, se se pensava vir a ser ou se já se aplicava àquele tipo de empreitadas que, esperava ele, iriam iniciar-se em breve.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ainda bem que o senhor vereador tinha colocado a questão. A reabilitação de fogos nos bairros de habitação pública era um trabalho em permanência. Tratava-se de manutenção e reabilitação em permanência. Era feito por administração direta e era feito por empreitada. Habitualmente, aquelas propostas não vinham a reunião da Câmara, na medida em que havia capacidade de decisão financeira

sobre elas nos mandatos anteriores. Naquele momento, tinha que vir à reunião da Câmara e ainda bem, vinha ao conhecimento de toda a Câmara.

Aquela obra não estava integrada no PRR. Tratava-se de uma proposta que trazia uma empreitada para intervenção em situações mais degradadas, ou seja, que não podiam esperar 1, 2 ou 3 anos pelas obras do PRR. Quanto ao PRR, podiam falar noutro dia, tinha já um conjunto de candidaturas que iam avançar. Iriam avançar, na 1.ª fase, com 60 milhões para 4 bairros e depois mais 4 e depois os outros 5. Mas, naquele momento, o que estava em cima da mesa, com aquela proposta, era uma intervenção de manutenção/reabilitação de fogos que estavam em situação mais difícil e que precisavam de intervenção imediata.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

136. Deliberação n.º 1757/2022 – Proposta n.º 24/2022 – DOM – Empreitada CPREV 03/2022/DOM - “Piscinas Municipais de Azeitão – Reabilitação do sistema de tratamento de ar e redes hidráulicas da piscina principal” - Adjudicação e aprovação da minuta do contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 169 a 171, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

137. Deliberação n.º 1758/2022 – Proposta n.º 40/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio ao Grupo Desportivo ‘O Independente’ pela participação no XV Encontro de Corais Alentejanos – Alentejo Abraça Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 172, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

138. Deliberação n.º 1759/2022 – Proposta n.º 41/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio ao 44.º Festival de Folclore de Praias do Sado - Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 173, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

139. Deliberação n.º 1760/2022 – Proposta n.º 42/2022 – DCDJ/DICUL – Bolsas de Criação Artística – normas de participação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 174 e 175.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os vereadores do Partido Socialista reconheciam que aquela proposta era importante para o fomento da criação artística. Além de fundamental para o processo de enriquecimento do património cultural, era essencial para garantir a diversidade cultural numa sociedade cada vez mais globalizada, assumindo as artes uma dimensão constitutiva da identidade de Setúbal. Só gostariam que fosse esclarecida uma questão, que era, para além das normas de participação, se existia um regulamento ou se estava previsto existir.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que agradecia a intervenção da senhora vereadora e agradecia, também, o reconhecimento. Era sempre bom, também, ouvirem o reconhecimento da parte da oposição sobre as muitas coisas boas que faziam. Objetivamente, estava prevista a criação de um regulamento. O ano anterior tinha sido o 1.º ano, ainda numa fase complicada, como todos sabiam, e, obviamente, que estava prevista a criação de um regulamento, para que fosse claro. Depois poderiam partilhar com a oposição sobre esse ponto, em particular.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

140. Deliberação n.º 1761/2022 – Proposta n.º 43/2022 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro a Associação de Saúde Mental Dr. Fernando Ilharco – Projeto PensarTeatro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 176 e 177, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

141. Deliberação n.º 1762/2022 – Proposta n.º 44/2022 – DCDJ/DICUL – Protocolo de Colaboração - Festival Internacional de Teatro de Setúbal-Festa do Teatro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 178 e 179, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

142. Deliberação n.º 1763/2022 – Proposta n.º 45/2022 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 1.º trimestre de 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 180, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

143. Deliberação n.º 1764/2022 – Proposta n.º 46/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Pintura de “courts”

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 181 a 184, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

144. Deliberação n.º 1765/2022 – Proposta n.º 47/2022 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Natação para realização em Setúbal de duas competições internacionais de Águas Abertas: FINA Marathon Swim World Series, 28 e 29 de maio de 2022 e LEN - European Junior Open Water Championship, 3, 4 e 5 de junho de 2022

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 185 a 187, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação o, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

145. Deliberação n.º 1766/2022 – Proposta n.º 301/2022 – DURB – Pedido de emissão de parecer favorável de constituição de compropriedade ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei 70/2015, de 16 de julho – Proc. n.º 289/22

A Srs. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 188 e 189.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que, daquilo que tinham analisado, não tinham qualquer questão relativamente às propostas da Vereadora Rita Carvalho, e, portanto, nesse sentido e caso a senhora vereadora também concordasse e os vereadores do Partido Socialista, propunham uma votação em bloco de todas as propostas.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que acompanhavam. De qualquer forma, retirariam, apenas, as propostas dos pontos 198 e 199 da ordem de trabalhos, a deliberação 1819 e a deliberação 1820. Votavam tudo em bloco e retiravam os pontos 198 – Deliberação 1819 e o ponto 199 – Deliberação 1820.

Sr. Presidente – Disse que, então iriam votar as propostas de deliberação 1766 à deliberação 1818 e, também, da deliberação 1821 à deliberação 1825. As propostas que ficavam de fora desse grupo eram as deliberações 1819 e 1820.

O Sr. Presidente submeteu a votação as propostas de deliberação 1766 a 1818 e 1821 a 1825, tendo as mesmas sido aprovadas, por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que, antes de passar à apresentação da deliberação 1819, fazer referência a que tinham acabado de aprovar a construção de um novo armazém para a fábrica da Coca-Cola, com uma área de, aproximadamente, 10 mil metros quadrados e que essa operação representava um investimento de 8,6 milhões de euros e a criação, nos próximos 2 a 3 anos, de 20 novos postos de trabalho e também referenciar que a aprovação

Odaquela construção era possível por causa da elaboração do Plano de Pormenor da Salmoura e da sua publicação recente.

Por outro lado, queria, também, fazer referência à aprovação de uma minuta de acordo de utilização e funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal, a entrar em funcionamento no próximo dia um de junho, com todos os operadores que iriam funcionar naquele interface. Tinham trazido ali a aprovação das normas de utilização daquele equipamento a partir de dia um de junho.

Sr. Presidente – Disse que, logo que fosse possível, seria elaborado um regulamento para aquele espaço, com a experiência que se viesse a verificar ao longo de um tempo considerado razoável, para se poder ter segurança na elaboração do regulamento.

146. Deliberação n.º 1767/2022 – Proposta n.º 302/2022 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas pela revalidação de pedido de informação prévia para construção de um edifício destinado a apoio social – Proc. n.º 38/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 190 (ver ponto 145).

147. Deliberação n.º 1768/2022 – Proposta n.º 303/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura – Proc. n.º 454/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 191 (ver ponto 145).

148. Deliberação n.º 1769/2022 – Proposta n.º 304/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 461/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 192 (ver ponto 145).

149. Deliberação n.º 1770/2022 – Proposta n.º 305/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 57/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 193 (ver ponto 145).

150. Deliberação n.º 1771/2022 – Proposta n.º 306/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, abrigo automóvel, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 56/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 194 (ver ponto 145).

151. Deliberação n.º 1772/2022 – Proposta n.º 307/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muros de vedação confinante com arruamento público – Proc. n.º 547/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 195 (ver ponto 145).

152. Deliberação n.º 1773/2022 – Proposta n.º 308/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem e muro de vedação – Proc. n.º 438/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 196 (ver ponto 145).

153. Deliberação n.º 1774/2022 – Proposta n.º 309/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem, piscina e muros de vedação – Proc. n.º 524/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 197 (ver ponto 145).

154. Deliberação n.º 1775/2022 – Proposta n.º 310/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, garagem piscina e muro de vedação – Proc. n.º 258/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 198 (ver ponto 145).

155. Deliberação n.º 1776/2022 – Proposta n.º 311/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia – Proc. n.º 88/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 199 (ver ponto 145).

156. Deliberação n.º 1777/2022 – Proposta n.º 312/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de alteração em área de servidão administrativa – Proc. n.º 346/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 200 (ver ponto 145).

157. Deliberação n.º 1778/2022 – Proposta n.º 313/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de ampliação de garagem – Proc. n.º 184/04

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 201 (ver ponto 145).

158. Deliberação n.º 1779/2022 – Proposta n.º 314/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização de arrecadação e construção de moradia unifamiliar, alpendres, garagem, mezanine e muro de vedação – Proc. n.º 327/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 202 (ver ponto 145).

159. Deliberação n.º 1780/2022 – Proposta n.º 315/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de edificação e obras em área não abrangida por operação de loteamento urbano – Proc. n.º 374/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 203 (ver ponto 145).

160. Deliberação n.º 1781/2022 – Proposta n.º 316/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de obras de edificação, moradia unifamiliar, em área não abrangida por operação de loteamento – Proc. n.º 272/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 204 (ver ponto 145).

161. Deliberação n.º 1782/2022 – Proposta n.º 317/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de construções de conjunto industrial – Proc. n.º 41/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 205 (ver ponto 145).

162. Deliberação n.º 1783/2022 – Proposta n.º 318/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de construção de armazém – Proc. n.º 42/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 206 (ver ponto 145).

163. Deliberação n.º 1784/2022 – Proposta n.º 319/2022 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para ampliação de edifício industrial / armazém, com vista a alteração do seu uso para comércio e serviços, bem como muro de vedação – Proc. n.º 184/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 207 (ver ponto 145).

164. Deliberação n.º 1785/2022 – Proposta n.º 320/2022 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença, com dispensa de emissão de alvará de construção, por se tratar de uma legalização – Proc. n.º 418/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 208 (ver ponto 145).

165. Deliberação n.º 1786/2022 – Proposta n.º 321/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção – Proc. n.º 347/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 209 (ver ponto 145).

166. Deliberação n.º 1787/2022 – Proposta n.º 322/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de moradia unifamiliar, abrigo automóvel e piscina – Proc. n.º 144/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 210 (ver ponto 145).

167. Deliberação n.º 1788/2022 – Proposta n.º 323/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de 4 moradias, 4 garagens, 4 piscinas e muros de vedação – Proc. n.º 36/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 211 (ver ponto 145).

168. Deliberação n.º 1789/2022 – Proposta n.º 324/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edifício multifamiliar, garagens, piscinas e muros de vedação – Proc. n.º 366/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 212 (ver ponto 145).

169. Deliberação n.º 1790/2022 – Proposta n.º 325/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença para construção de moradia unifamiliar – Proc. n.º 348/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 213 (ver ponto 145).

170. Deliberação n.º 1791/2022 – Proposta n.º 326/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção de moradia unifamiliar de um piso, com garagem, piscina e muro de vedação confinante com a via pública – Proc. n.º 204/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 214 (ver ponto 145).

171. Deliberação n.º 1792/2022 – Proposta n.º 327/2022 – DURBDIGU – Concessão da licença de construção para alteração e ampliação de moradia unifamiliar – Proc. n.º 310/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 215 (ver ponto 145).

172. Deliberação n.º 1793/2022 – Proposta n.º 328/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de 3 construções existentes; construção de uma edificação nova; construção de 4 piscinas e demolição de duas construções existentes – Proc. n.º 198/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 216 (ver ponto 145).

173. Deliberação n.º 1794/2022 – Proposta n.º 329/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença para obras de construção de piscina, legalização de alpendre e demolição de um segundo alpendre – Proc. n.º 552/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 217 (ver ponto 145).

174. Deliberação n.º 1795/2022 – Proposta n.º 330/2022 – DURB/DIGU – Concessão de licença de construção para posto de transformação de apoio à central fotovoltaica – Proc. n.º 322/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 218 (ver ponto 145).

175. Deliberação n.º 1796/2022 – Proposta n.º 331/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição de edifícios – Proc. n.º 465/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 219 (ver ponto 145).

176. Deliberação n.º 1797/2022 – Proposta n.º 332/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 133/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 220 (ver ponto 145).

177. Deliberação n.º 1798/2022 – Proposta n.º 333/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 113/17

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 221 (ver ponto 145).

178. Deliberação n.º 1799/2022 – Proposta n.º 334/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 284/05

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 222 (ver ponto 145).

179. Deliberação n.º 1800/2022 – Proposta n.º 335/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 233/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 223 (ver ponto 145).

180. Deliberação n.º 1801/2022 – Proposta n.º 336/2022 – DURB/DIGU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 327/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 224 (ver ponto 145).

181. Deliberação n.º 1802/2022 – Proposta n.º 337/2022 – DURB/DIGU – Legalização de moradia com dois fogos, apoio agrícola, arrumos, tanque de rega, poço e muro de vedação – Proc. n.º 62/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 225 (ver ponto 145).

182. Deliberação n.º 1803/2022 – Proposta n.º 338/2022 – DURB/DIGU – Legalização de ampliação de moradia unifamiliar com um piso e muro de vedação – Proc. n.º 275/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 226 (ver ponto 145).

183. Deliberação n.º 1804/2022 – Proposta n.º 339/2022 – DURB/DIGU – Licenciamento de muro de vedação – Proc. n.º 138/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 227 (ver ponto 145).

184. Deliberação n.º 1805/2022 – Proposta n.º 340/2022 – DURB/DIGU – Homologação do auto de vistoria – Alojamento local “Casa do Cais” – Proc. n.º 103/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 228 e 229 (ver ponto 145).

185. Deliberação n.º 1806/2022 – Proposta n.º 341/2022 – DURB/DIGU – Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 19/89 – Proc. n.º 343/80

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 230 (ver ponto 145).

186. Deliberação n.º 1807/2022 – Proposta n.º 342/2022 – DURB/DIGU – Indeferimento de licenciamento de obras para construção de uma moradia, piscina e muro de vedação – Proc. n.º 477/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 231 (ver ponto 145).

187. Deliberação n.º 1808/2022 – Proposta n.º 343/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Reabilitação, alteração, ampliação e mudança de uso – Proc. n.º 17/20

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 232 (ver ponto 145).

188. Deliberação n.º 1809/2022 – Proposta n.º 344/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação, concessão da licença e alteração de uso – Proc. n.º 64/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 233 (ver ponto 145).

189. Deliberação n.º 1810/2022 – Proposta n.º 345/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura – Legalização de alterações estruturais e obras de alteração de edifício – Proc. n.º 100/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 234 (ver ponto 145).

190. Deliberação n.º 1811/2022 – Proposta n.º 346/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, alteração de edifício habitacional – Proc. n.º 18/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 235 (ver ponto 145).

191. Deliberação n.º 1812/2022 – Proposta n.º 347/2022 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de reconstrução, ampliação e alteração de edifício habitacional – Proc. n.º 463/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 236 (ver ponto 145).

192. Deliberação n.º 1813/2022 – Proposta n.º 348/2022 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de alterações no decorrer da obra, sujeitas a controlo prévio e aceitação de telas finais – Proc. n.º 11/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 237 (ver ponto 145).

193. Deliberação n.º 1814/2022 – Proposta n.º 349/2022 – DURB/GAPRU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 383/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 238 (ver ponto 145).

194. Deliberação n.º 1815/2022 – Proposta n.º 350/2022 – DURB/GAPRU – Aceitação de telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra – Proc. n.º 12/18

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 239 (ver ponto 145).

195. Deliberação n.º 1816/2022 – Proposta n.º 351/2022 – DURB/GAPRU – Homologação do auto de vistoria realizado ao abrigo do art.º 90.º do RJUE – Proc. n.º 40/21

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 240 e 241 (ver ponto 145).

196. Deliberação n.º 1817/2022 – Proposta n.º 352/2022 – DURB/DIMOT – Estudo de sinalização vertical para a Rua Cidade do Porto Seguro e vias adjacentes (Bairro do Vale da Rosa)

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 242 a 244 (ver ponto 145).

197. Deliberação n.º 1818/2022 – Proposta n.º 353/2022 – DURB/DIMOT – Minuta de acordo de utilização e funcionamento do Interface de Transportes de Setúbal a estabelecer com os operadores de transportes de serviço público

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 245 a 247 (ver ponto 145).

198. Deliberação n.º 1819/2022 – Proposta n.º 354/2022 – DURB/DIMOT – Implementação de bolsas de estacionamento exclusivas a residentes nas Zonas de Acesso Automóvel Condicionado (ZAAC)

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 248 e 249.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o Partido Socialista votaria favoravelmente aquela proposta, como não poderia deixar de ser. No entanto, não podiam deixar de referir que, tal como a própria proposta também previa, que era fundamental que fossem criadas zonas de estacionamento específico para residentes, bolsas específicas para residentes, nos bairros que viessem a ter estacionamento tarifado. Ora, essa era uma proposta que o Partido Socialista já tinha apresentado na altura em que tinha sido discutido o regulamento e que tinha sido recusada pela CDU.

Portanto, acreditava que aquela proposta que lhes era trazida representava já uma certa inversão desse paradigma de quando o regulamento ali tinha sido aprovado e, naturalmente, que gostariam de o ver passar, também, para outros bairros e gostariam de o ver refletido noutros bairros, porque a verdade era que o estacionamento tarifado não garantia, só por si, disponibilidade de lugares para residentes. As zonas de estacionamento específicas para residentes é que garantiam que a população que residia em cada zona podia, efetivamente, contar com lugar para deixar o seu carro perto de casa e poder usar o transporte público.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse ao Sr. Vereador Joel Marques que voltavam ao alarmismo. Estava no ponto 6 da proposta que, nos termos do Regulamento Municipal, estava prevista a concretização de 4 zonas de acesso automóvel condicionado, em que se previa a criação das bolsas exclusivas para estacionamento para residentes. Portanto, não teria sido uma proposta dos senhores vereadores, salvo se tivesse sido no âmbito da discussão pública ou na reunião da Câmara e, se bem se lembrava, não tinha havido na iniciativa deles nenhuma proposta relativa à integração no regulamento - que se lembrasse -, mas a questão efetiva era que o regulamento em vigor considerava essa possibilidade. Portanto, não era uma iniciativa que tivesse sido reprovada, estava considerada no regulamento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

199. Deliberação n.º 1820/2022 – Proposta n.º 355/2022 – DURB/DIMOT – Implementação de bolsa de estacionamento dedicada ao sector da pesca e afins

A Sra. Vereadora Rita Carvalho leu a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 250 e 251.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, tal como tinha tido oportunidade de dizer na sua intervenção inicial, o Partido Socialista votaria, naturalmente, favoravelmente aquela proposta. Aliás, era uma proposta pró-ativa, porque vinha estabelecer uma bolsa numa zona que, naquele momento, ainda não era tarifada, seria no futuro, ao contrário do parque de rebatimento, que tinha surgido depois dos parquímetros estarem colocados e em funcionamento.

Gostariam de colocar algumas questões que lhes pareciam relevantes, nomeadamente o que se entendia por afins, porque falavam da pesca profissional e afins e saber se os afins eram os trabalhadores da lota ou se eram trabalhadores de atividade conexas. Por outro lado, eram criados 59 novos lugares de estacionamento naquela bolsa de estacionamento, que vinha responder a pessoas que não tinham outra alternativa a não ser a utilização do transporte próprio, até mesmo pelos horários da sua atividade profissional, mas, sendo criados 59 lugares, gostaria de saber qual era o universo dos trabalhadores que se podia, efetivamente, candidatar a esses lugares, quantas pessoas que tinham que utilizar o transporte próprio e que, naquele momento, exerciam atividade no setor da pesca profissional e nos setores afins. Quantos trabalhadores eram, quantas pessoas eram, uma vez que só haveria 59 lugares disponíveis.

Depois, falando especialmente do setor das pescas, queriam saber se os lugares tinham um destinatário específico, ou seja, se eram apenas para o armador, para o mestre da embarcação ou se eram todos os elementos da companhia.

Também queria questionar qual era o valor do dístico. Eram os 25 euros que estavam previstos para as empresas que tinham atividade, que tinham a sua sede e que precisavam de estacionar as suas viaturas nas zonas que estavam tarifadas, uma vez que isso representava 300 euros por ano para cada um desses trabalhadores ou se estavam a falar de um valor que fosse diferente e que fosse, eventualmente, igual àquilo que era o valor do dístico de residente.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que começava por agradecer ao Vereador Joel Marques ter colocado as questões, porque, de facto, devia ter respondido a algumas delas. Aquele levantamento tinha resultado de uma conversa que tinham tido com todas as entidades locais que representavam o setor. O número de necessidades colocadas tinha resultado das conversas que tinham tido com essas entidades, nomeadamente as 3 associações representativas do setor e aquele número era superior às necessidades identificadas.

Obviamente que não estava em causa uma tarifação nem um dístico, porque era uma bolsa exclusiva. Tal como a bolsa de residentes, era uma bolsa exclusiva numa zona não tarifada. Portanto, não havia um pressuposto de tarifação, na tal discriminação positiva que tanto merecia o setor.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

200. Deliberação n.º 1821/2022 – Proposta n.º 356/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo e tensão arterial gratuitos – Proc. n.º 45/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 252 a 254 (ver ponto 145).

201. Deliberação n.º 1822/2022 – Proposta n.º 357/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com carrinho de gelados – Proc. n.º 17/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 255 a 257 (ver ponto 145).

202. Deliberação n.º 1823/2022 – Proposta n.º 358/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com veículo de interesse turístico – Motociclo sidecar – 3 meses – Proc. n.º 50/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 258 a 260 (ver ponto 145).

203. Deliberação n.º 1824/2022 – Proposta n.º 359/2022 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com insuflável – Proc. n.º 16/22

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 261 a 263 (ver ponto 145).

204. Deliberação n.º 1825/2022 – Proposta n.º 360/2022 – DURB/DIGU – Concessão da licença de construção de edifício de habitação multifamiliar – Proc. n.º 144/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 264 (ver ponto 145).

205. Deliberação n.º 1826/2022 – Proposta n.º 06/2022 – GAVPS – Alterações ao Modelo de mobilidade e acesso às praias do concelho de Setúbal — “Programa Arrábida sem Carros e em Segurança 2022” - RETIRADA

O Sr. Vereador Fernando José apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 265.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquele era um tema que tinha surgido durante a campanha eleitoral, em conversa que tinham tido com os operadores. Efetivamente, a proposta tinha vindo à reunião da Câmara e não tinham tido uma análise tão cuidada como deveriam ter tido e tinham sido, depois, chamados à atenção pelos operadores de que, efetivamente, alguns pontos que tinham sido ali aprovados criavam alguma preocupação. Segundo a sua experiência, em relação a anos anteriores eram mesmo prejudiciais, por não contemplarem uma maior acessibilidade a locais onde realizavam as atividades bem como tendiam a encarecer os custos da operação, aquilo que ali tinham aprovado, motivado pela necessidade de pagamento de estacionamento de viaturas estritamente necessárias para o exercício de atividade profissional. Era nesse sentido, para ir de encontro àqueles que potenciavam o nosso espaço e a nossa beleza natural. Eram eles que potenciavam e que também contribuía para que mais pessoas visitassem a nossa cidade e o nosso concelho. Era nesse sentido que traziam algumas propostas de alteração e, portanto, deixavam à consideração. Certamente que tinham tido oportunidade de analisar aquilo que traziam.

Obviamente que eram propostas que tinham sido trabalhadas em várias reuniões que os vereadores do Partido Socialista tinham tido com os operadores e traziam essa mesma proposta, no sentido de melhorar aquilo que ali tinha sido aprovado e que, nas palavras, na afirmação de quem tinha a experiência, efetivamente, trazia vários condicionamentos que podiam, através daquela proposta de alteração, ser melhorados. Portanto, era nesse sentido que colocavam a proposta, não só a discussão, mas, também a votação.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse ao senhor vereador que talvez ajudasse se tivesse sido mais evidente nas questões que se pretendia alterar. Mas, ainda assim, achava que interessava esclarecer quais eram as questões que se pretendia alterar e iria tentar fazê-lo. Depois poderiam justificar se era assim ou não era.

Quando trouxeram a proposta do *“Arrábida sem Carros”* tinham considerado que os operadores turísticos seriam tratados com a tal discriminação positiva e com todo o sentido de poder utilizar e fazer a circulação do troço que estava condicionado à circulação automóvel. Tinham trazido na mesma proposta as condições de utilização de acesso ao areal e as condições de estacionamento. Tinham considerado, genericamente, que os operadores turísticos, pela atividade que desenvolviam, tinham as condições de aceder ao areal para fazer a descarga do seu equipamento e dos utilizadores que fossem fazer desporto ou a visita - enfim, a atividade que fosse - durante 30 minutos e, depois, tinham de fazer a recolha do veículo para o parque de estacionamento, no Creiro o parque de estacionamento que já era dedicado para esse fim e em Galapinhos a mesma situação.

Aquela proposta o que previa era a anulação dessas condições ou dessas limitações relativamente ao estacionamento e, portanto, aprovando aquela proposta, estariam a considerar que os operadores turísticos podiam estacionar no Portinho, que não tinha condições que garantissem o estacionamento dos operadores turísticos na dimensão que, naquele momento – e bem -, faziam atividade nesse território, estariam a considerar que os operadores turísticos poderiam estacionar na duna da Praia do Creiro e que não estariam, de alguma forma, obrigados a estacionar numa bolsa de estacionamento específica que a Câmara tinha considerado para os operadores turísticos, retirando essa capacidade de disponibilidade de estacionamento de todos os outros utilizadores em veículo particular.

Era isso que entendia e, se estava a entender bem, não fazia sentido essa exceção, porque era perturbadora das condições de fruição da praia e não fazia sentido. Não fazia sentido, naquele momento, considerarem o estacionamento no areal ou atrás da duna no parque do Creiro. Não fazia sentido trazer mais pressão de circulação automóvel a um sítio onde não tinha condições de estacionamento, como era o Portinho da Arrábida, nem de estacionamento nem de acesso, como todos sabiam. Portanto, a sua opinião, percebendo bem a proposta, era que ela deveria ser reprovada.

O Vereador Fernando José dizia que não era bem assim. Então, se calhar, fazia sentido apresentar aquilo que eram os pressupostos da proposta.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a proposta era igual para os restantes empresários - restaurantes e afins - e, portanto, não era bem como a senhora vereadora estava a dizer. Era, portanto, uma proposta em tudo similar àquilo que já existia para alguns empresários, mas dava-lhe um exemplo, porque tinham de passar à prática e a prática era de quem, efetivamente, exercia no dia-a-dia. Não era ele nem a senhora vereadora, era quem estava no terreno.

Dava-lhe um pequeno exemplo daquilo que era uma alteração proposta por eles e que, na prática, tinha efeito. O que estava naquele momento? *“Empresas de animação turística - Possibilidade de paragem junto aos acessos a zonas balneares de Galapos e Galapinhos, apenas, exclusivamente, para a tomada e largada de equipamento de apoio à atividade, pelo período máximo de 30 minutos, sendo que o estacionamento deve ser obrigatoriamente efetuado junto reentrância do acesso à Praia dos Coelhoos e apenas durante o tempo necessário à realização da atividade”*, ou seja, isso criava restrições e criava problemas à normal atividade.

O que eles propunham, em termos de redação, era a *“possibilidade de paragem junto aos acessos às zonas balneares de Galapos e Galapinhos, apenas e exclusivamente para a tomada e largada de equipamentos de apoio à atividade, pelo período máximo de 30 dias.”* Portanto, simplificava e, na opinião dos operadores, iria ajudá-los a agilizar a sua atividade. As propostas que ali traziam não traziam nenhuma alteração substancial àquilo que a senhora vereadora estava a dizer, traziam, sim, uma equiparação àquilo que já existia para outros empresários e, portanto, como a senhora vereadora reconhecia - e bem - havia uma enorme importância dessas atividades e deviam estar ao lado delas, articulados com essas mesmas atividades.

Era nesse sentido que, num diálogo que não teria existido por parte, pelo menos, da senhora vereadora, porque a proposta tinha-lhes sido ali trazida e aquilo que lhes tinha sido dito na altura tinha sido que tinha existido diálogo e que tinha sido conversado com os operadores. Aliás, a senhora vereadora tinha acabado por dizer, também, que tinha falado e que tinha dialogado com todos os empresários sobre a questão do estacionamento e acreditavam, mas a verdade era que a realidade, depois, tinha-se vindo a demonstrar outra.

Ou esse ideal para esse diálogo tinha falhado pelo meio ou não teria existido. Não sabia, não tinha estado presente e não podia afirmar. Aquilo que podiam afirmar, enquanto vereadores do Partido Socialista, era que tinham sido contactados pelos operadores - não por um nem por dois, por vários operadores - e essas tinham sido as preocupações que tinham espalhado em várias reuniões que tinham tido com eles e traziam essa proposta à reunião da Câmara.

A proposta era clara. Não iriam entrar em muitos mais detalhes, ela era clara. Era semelhante àquilo que já existia para os proprietários de restaurantes e para outros empresários e, portanto, cabia ali, na opinião deles, simplificar e ajudar a potenciar a atividade desses operadores. Era nesse sentido que traziam essa proposta, para melhorar a condição desses operadores, que eram tão importantes, como já tinha sido reconhecido, ao nosso concelho, ao desenvolvimento do turismo e da economia no concelho.

Portanto, aquela era a proposta deles e o Sr. Presidente, quando entendesse, colocaria a proposta à votação. Havendo uma unanimidade ou uma votação por maioria a proposta passaria, não existindo a proposta seria reprovada. Era assim que funcionava em reunião da Câmara.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que queria só dizer algumas coisas. Começava por dizer que, da mesma forma que propunham que se fizesse uma discussão relativamente às propostas que ali traziam, se tivessem falado antecipadamente sobre aquela solução era evidente que ela não era concretizável. Depois, a ela sempre lhe tinham dito que a melhor defesa era o ataque e era o que o senhor vereador estava a fazer.

Mas, para além disso, falando objetivamente sobre as questões, quando estavam a falar da restauração, estavam a falar de serviço em permanência, que está lá todos os dias. Os operadores turísticos eram diversos, que vinha naquele dia, vinham dali a 3 dias, vinham umas vezes de manhã, umas vezes à tarde. Vinham em diversas soluções e que não eram 5, como eram os operadores que estavam lá diariamente, e o seu vereador reconhecia isso.

No parque de estacionamento do Portinho da Arrábida, dos 25 lugares disponíveis, retirando os lugares que ficavam afetos aos operadores que estavam lá diariamente, que eram da restauração, e dos moradores, achava que havia capacidade para garantir estacionamento aos operadores turísticos e ao equipamento?

Mas dizia mais ao senhor vereador, nada disso punha em causa o exercício da atividade, porque o exercício da atividade era garantido com poder aceder e estacionar por meia hora, o tempo necessário para fazer a descarga do equipamento dos utilizadores e fazer a retirada do carro para o sítio em que havia disponibilidade de estacionamento, criado especificamente para esse efeito, e voltar à praia para fazer a sua atividade.

Portanto, acolhiam muito bem essa atividade, era fundamental para a atividade turística, para a diversão e para a utilização das praias. Não consideravam que essa iniciativa ou que a deliberação já tomada pusesse em causa, em qualquer momento, essa atividade e o senhor

vereador não tinha conseguido explicar onde é que ficava em causa o cumprimento dessa atividade ou o garante dessa atividade.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que, para ficar mais claro, no fundo, as alterações que estavam ali propostas eram cinco. No caso deles, estavam a entender qual era a filosofia que o Partido Socialista estava a querer, no fundo, defender, mas tinham de ser razoáveis. Gostaria que lhe explicassem uma a uma o que é que se pretendia, que era para ficar mais claro, sinceramente. Não era só ler o texto, era explicar cada uma delas. Poderia demorar mais um bocadinho, mas ficaria mais claro, até porque isso poderia levar a que pedissem para votar uma a uma as alterações, se fosse caso disso.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que cabia ali lembrar que quem fazia, quem carregava e descarregava as pessoas, eram as mesmas pessoas que faziam a atividade e, portanto, aquilo que estavam a propor era uma simplificação, precisamente para que essas pessoas conseguissem realizar a atividade sem essas restrições. Aquilo que estava em causa era uma série de restrições para as pessoas que traziam os praticantes e, depois, tinham que, obviamente, levar a viatura. Não conseguiam em tempo útil, porque quem estava a trazer as pessoas para a atividade eram os mesmos, as mesmas pessoas que conduziam as viaturas. Portanto, era nesse sentido que, depois de ouvidos os operadores, traziam uma proposta que era em tudo idêntica àquilo que estava definido para outros empresários e para a restauração. Era nesse sentido que traziam aquela proposta, no sentido de simplificar a atividade desses mesmos operadores. Tinha sido isso que eles lhes tinham transmitido e era essa a proposta que ali traziam.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que pedia desculpa, devia ser da hora, mas não tinha percebido. Aliás, o que tinha percebido era que se estava a querer contemplar operadores que não estavam contemplados no regulamento. Seria isso?

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquilo que se estava a querer dar àqueles operadores eram as mesmas condições que eram dadas a outros empresários, nomeadamente aos restaurantes. Estavam a querer dar as mesmas condições, porque quem conduzia essas viaturas eram precisamente as mesmas pessoas que, depois, iam realizar as atividades, que estavam responsáveis pelas atividades. Portanto, era no sentido de simplificar e de criar melhores condições.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não sabia qual era o pressuposto que estava subjacente à proposta. O que estava expresso na proposta não era isso. Se estava em causa o tempo, podiam avaliar o tempo em que eram permitidas as condições de descarga do tal equipamento e a largada dos utilizadores.

A proposta que era feita – e o senhor vereador tinha referido isso quando tentou fazer a apresentação da proposta – era que fossem dadas aos operadores turísticos as mesmas condições que eram dadas às outras atividades económicas, que, no fundo, eram as concessões, os restaurantes que estavam nesses locais, que, como se sabia e já tinha dito, eram em número muito reduzido relativamente aos operadores turísticos e não tinham capacidade, nomeadamente no Portinho, para acolher o estacionamento dos operadores e, portanto, se permitissem o estacionamento, o que iria acontecer era o que acontecia anos antes, em que faziam o acesso ao estacionamento, não tinham onde estacionar, largavam onde era possível, entupiam o trânsito e ficava aquela solução de estacionamento, que tinha sido concretizada havia relativamente pouco tempo, completamente – pedia desculpa pela expressão – “engalfinhada” e inutilizada, nem era para os operadores, nem para os residentes, nem para as atividades económicas ou para a restauração. O que estavam a propor era que os operadores turísticos pudessem estacionar na duna no Creiro e pensava que esse não era o pressuposto da proposta.

Se o senhor vereador lhe permitisse, a época balnear iria começar no dia 9 e havia tempo para reponderar a essas soluções. Sugeriria que o senhor vereador retirasse a proposta e poderiam trabalhar numa solução mais consensualizada e afinada junto dos operadores, que, com certeza, também não era isso que queriam. Certamente que os operadores não queriam estar a fazer a suas atividades no Creiro, olharem para trás e terem 10 carros estacionados. Quereriam levar o acesso automóvel até ao parque de estacionamento do Portinho da Arrábida e depois não terem onde deixar o carro e não conseguirem descarregar o equipamento? Achava que não era isso que queriam.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a senhora vereadora estava a “agarrar-se”, apenas, a uma parte. Iria ler-lhe outra parte da proposta, para além daquela que já tinha sido lida. A proposta que faziam, em termos de redação – estavam a falar do Portinho da Arrábida, entre a Casa do Gaiato e o parque de estacionamento do Portinho -, passaria a ser: *“Trânsito proibido diariamente e no período compreendido entre 7h e as 19h, com exceção de Residentes devidamente credenciados (não sendo extensível aos residentes em Alpertuche) e atividades económicas existentes e de carácter permanente igualmente credenciadas, sendo criada uma Bolsa de Estacionamento exclusiva para Residentes e uma Bolsa de Estacionamento dedicada exclusivamente às atividades económicas permanentes referenciadas.”*

Portanto, isso era criar condições e dar mais condições a esses operadores. Era algo que não existia e retirar algumas restrições, que tinham sido criadas e que estavam a condicionar a atividade, era estar a criar mais condições. Isso tinha-lhes sido transmitido por quem estava no terreno e tinha sido nesse sentido que tinham reunido.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que não valia a pena estarem ali em discussão. O senhor vereador que lhe dissesse onde é que conseguia criar mais estacionamento no parque de estacionamento do Portinho e onde é que conseguia diferenciar estacionamento, considerando as necessidades? O que estava previsto na proposta deles, na proposta que tinham aprovado, era fazerem o acesso, fazerem a descarga e poderem estacionar no parque de estacionamento do Creiro, com uma bolsa dedicada para os operadores turísticos, bolsa essa exclusiva aos operadores turísticos, bolsa essa que já retirava capacidade de estacionamento a toda a restante bolsa, dos outros utilizadores de transporte individual. Se o senhor vereador olhasse para as condições do território - e achava tinham de se convencer disso - não havia condições para criar mais estacionamento automóvel, mas achava que estavam em condições de avaliar. Não eram 30 minutos, precisavam de 40? OK.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que algum tempo atrás tinham tido ali uma proposta sobre o Casal das Figueiras e a senhora vereadora tinha assumido um compromisso com os vereadores do Partido Socialista, de que iria reunir com os moradores e que os chamaria para essa reunião. Essa reunião tinha sido realizada e eles não tinham sido chamados. Portanto, aquilo que lhe perguntava era se existia o compromisso, ficava ali o compromisso, da parte da senhora vereadora, de, sobre aquele tema, fazer uma reunião e os vereadores do Partido Socialista estarem presentes, se existia esse compromisso junto dos operadores.

Sra. Vereadora Rita Carvalho - Disse que o que tinha acontecido nessa reunião tinha sido que tinha dito que podiam reunir com os serviços, para fazer o ponto de situação do processo. O que tinha ficado dessa reunião tinha sido que havia dúvidas numa proposta em que os senhores vereadores tinham feito alterações e, depois, tinham reprovado. Mas, independentemente disso, o que tinha ficado tinha sido o compromisso de que, se tivessem necessidade, fariam uma reunião com os serviços para ponto da situação concreta dos processos do Casal das Figueiras.

Sobre os operadores turísticos, os serviços, como sabiam, reuniam com todas as entidades, nomeadamente com os operadores turísticos. Ela própria poderia reunir - mas não iria - com o senhor vereador. Se o senhor vereador quisesse marcar uma reunião e a convocasse tudo

bem; se o senhor vereador quisesse marcar com ela uma reunião sobre aquela questão e fazer a proposta que trazia ali, para verem tecnicamente da sua viabilidade, tudo bem. Os operadores turísticos teriam reunido inúmeras vezes com os serviços da Câmara Municipal de Setúbal.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que pensava que a melhor forma de comporem aquela situação, até para tentarem perceber melhor o alcance dessas alterações, era, se o PS concordasse, retirarem a proposta, aliás, como tinham já feito na discussão de outros pontos, como tinha sido o caso do Conselho Municipal da Juventude, e darem um prazo de até dali a uma semana, serem numa reunião privada. Não tinham de ser todos, bastava, pelo menos, um elemento - eles disponibilizariam um dos elementos da sua bancada -, para verem cada um daqueles pontos e tentarem perceber melhor o alcance das alterações, porque, por aquilo que estava a ser dito, seria ponderável.

Agora, tinham de ver exatamente se tudo aquilo seria concretizável, porque eram pontos diferentes - não era só uma questão, eram cinco -, e, portanto, era essa a sugestão que deixava. Não sabia se o PS concordaria, porque, para eles, até era um bocadinho confuso o que ali estava. Não era a redação, não era isso que estava a dizer, era exatamente o que é que se pretendia.

Dava um exemplo: Quando, no texto atual, se dizia *“agentes de animação turística e marítimo-turística devidamente credenciados, cujo acesso à Zona Balnear Portinho da Arrábida/Creiro nunca pode ser feito pela entrada pela Rua Serra Mãe (acesso obrigatório via Creiro)”*, e, depois suprimia-se a última parte, precisavam perceber o alcance dessa supressão. Sinceramente, naquele momento não estava a ver. Não estava a ver, em concreto, o que era e qual seria o resultado disso. Muito sinceramente, não era uma questão político-partidária, era uma questão de bom senso verem se terá tudo operacionalizável, ou não. Achava que poderia ser, porque, com certeza, se o PS já tinha reunido com os agentes turísticos e se entendia que a aquilo poderia ser concretizado, partia do pressuposto que era, mas, no caso deles, gostariam de poder analisar também. Fazia a sugestão de estarem representantes das três forças políticas, como era óbvio, e não só do PS e da CDU.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que, da parte deles, tinham a certeza que aquilo era concretizável, depois da conversa que tinham tido com os operadores, mas estavam disponíveis para retirar proposta e encontrar uma melhor redação no espaço de uma semana, no sentido de trazer novamente aquela proposta com uma redação melhorada à reunião da Câmara, inclusivamente convidando os operadores para estarem presentes e explicarem, porventura até no terreno, como é que aquela proposta era concretizável, porque tinha sido isso que tinham feito, tinham estado no terreno e tinham verificado que era possível concretizar. Portanto, aceitavam a proposta feita pelo Vereador Paulo Calado.

Sr. Presidente – Disse que não concordava com a proposta do senhor vereador, mas, naturalmente, se houvesse esse entendimento, entre todos, de fazer essa reunião, essa reunião seria feita com os serviços, com a informação que os serviços tinham. O contacto com os operadores seria feito com cada um independentemente, se os senhores vereadores assim entendessem e se outros vereadores o fizessem, mas a reunião seria feita com os senhores vereadores e com os serviços que tinham essa responsabilidade de apresentar propostas, na avaliação que faziam, e, naturalmente, com plantas, medidas e avaliações que os serviços tinham. Os serviços técnicos tinham essa informação e, portanto, podia ser devidamente avaliada, não envolvendo terceiros, porque, senão, isso não daria bom resultado, como todos sabiam.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que percebia o que o Sr. Presidente tinha dito e aceitavam, mas eram terceiros que estavam diretamente envolvidos. Eles estavam diretamente envolvidos e eram eles que, no dia-a-dia e no terreno, sentiam essas dificuldades, e, portanto, sendo possível de as concretizar, deveriam ir ao encontro de facilitar

esse mesmo trabalho. Era nesse sentido, tinha sido nesse sentido que tinha dito. Portanto, se não tinha existido diálogo ou se o diálogo não tinha sido profícuo, aquilo que podiam ali tentar fazer era melhorar esse diálogo com os operadores, porque era isso que pretendiam em termos de Câmara Municipal, ter um melhor entendimento com os operadores, que não se verificava naquele momento. Manifestamente não se verificava naquele momento, porque, senão, não os teriam procurado.

Sr. Presidente – Disse ao senhor vereador que melhorar as propostas era sempre um objetivo quando fosse possível. Estavam a tratar de áreas com limitações muito fortes, como todos sabiam, áreas sensíveis. Naturalmente que os serviços da Câmara Municipal faziam uma avaliação da situação, conheciam havia muito tempo aquelas situações, falavam com os operadores, e, portanto, a reunião na Câmara Municipal seria feita com os partidos políticos e, se assim o entendessem, com o apoio dos técnicos da Câmara Municipal.

As conversas e as avaliações a fazer com quem bem entendessem, isso seria da responsabilidade dos grupos políticos, não seria para participarem numa reunião dessas para avaliar uma situação. Cada um fazia os seus contactos, as suas avaliações e ficava com as suas convicções e trá-las-ia para a reunião. Naturalmente que, depois, haveriam de votar, mas o objetivo era sempre de ir de encontro aos operadores turísticos, mas tinham de salvaguardar outras questões que eram igualmente importantes. Os senhores vereadores estavam todos de acordo e, nesse caso, propunha que a Sra. Vereadora Rita Carvalho fizesse os contactos, no sentido de promover essa reunião e poder melhorar-se a proposta, naquilo que fosse necessário. A proposta era retirada.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte horas e vinte e quatro minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 12 de outubro, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 82 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio